BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O Real Colégio de São Paulo: acervo documental de um colégio universitário de Coimbra (15591834)

Autor(es): Bandeira, Ana Maria Leitão; Costa, Anabela Rodrigues Oliveira

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/32829>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2182-7974_27_1

Accessed : 26-Apr-2023 11:14:57

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

VOLUME
XXVII BOLETIM DO
**ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**

2014

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

•

U

C

•

O Real Colégio de São Paulo: acervo documental de um colégio universitário de Coimbra (1559-1834)

The Royal College of St. Paul: the archives of a University College of Coimbra (1559-1834)

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA

Universidade de Coimbra

Técnica Superior de Arquivo

Arquivo da Universidade de Coimbra

amaria.bandeira@uc.uc.pt

ANABELA RODRIGUES OLIVEIRA COSTA¹

anabelarocosta@gmail.com

Artigo recebido em: 15-02-2014

Artigo aprovado em: 26-05-2014

RESUMO

O Real Colégio de São Paulo, fundado em 1549, por D. João III, foi um colégio universitário cuja vida decorreu paralelamente à da Universidade de Coimbra, instituição da qual dependia quanto à confirmação da eleição do seu reitor, aprovação de contas, concessão de financiamento e dotação patrimonial, etc. O edifício onde esteve instalado começou a ser construído em 1549, mas só viria a ser inaugurado em 2 de maio de 1563, apesar de já receber colegiais desde 1558. Neste trabalho, é feita a descrição do acervo documental que se encontra no Arquivo da

¹ Bolseira, em estágio profissional no AUC, como Técnica Superior de Arquivo, em 2009, ano durante o qual fez o tratamento arquivístico e descrição de parte do acervo do Real Colégio de São Paulo.

Universidade de Coimbra e que foi produzido no período cronológico de 1559 a 1834, data da extinção do colégio. A norma internacional ISAD (G) e a orientação nacional prescrita na ODA nortearam esta descrição arquivística, sendo também apresentado o inventário do subfundo e respetivas séries.

PALAVRAS-CHAVE: Real Colégio de S. Paulo; Descrição arquivística; Universidade de Coimbra.

ABSTRACT

The Royal College of St. Paul, founded by king João III, in 1549, was a University College whose life ran parallel to the University of Coimbra, institution of which depended on the confirmation of the election of its Rector, approval of accounts, granting equity allocation etc. The building where it was installed began to be built in 1549, but was only to be opened in May 2, 1563, despite already receiving high scholars since 1558. This paper consists of a description of the documentary subfond preserved in the Archives of the University of Coimbra and was produced between 1559 and 1834, date of its extinction, according to the ISAD (G) and the guidance prescribed in the national ODA. We also present the subfond's inventory and related series.

KEYWORDS: Royal College of St. Paul; archival description; University of Coimbra.

Apresentação

No Arquivo da Universidade de Coimbra, conserva-se o acervo documental produzido pelo Real Colégio de São Paulo desde 1559 até 1834, ano em que foi extinto, à semelhança de outros colégios universitários de Coimbra. Apesar de fundado em 1549², sobreviveram apenas documentos produzidos desde 1559. Com o presente trabalho procura-se

² Embora alguns autores apontem o ano de 1548, como data de fundação, foi seguida a data de 1549, por parecer mais verosímil, proposta por BRAGA, Teófilo (1892) – *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, t.I, p. 577. O autor publica escritura de 15 de abril de 1549, de escambo feito entre a Universidade e a igreja de S. Pedro, para posse de um terreno, de forma a alargar a construção do colégio que o rei «manda fazer defronte da dita igreja». O documento original encontra-se no AUC – *Livro dos Acordos da Fazenda da Universidade (1549-1562)*, fl. 26v-27 – cota IV-1.ºE-14-3-21.

promover, tanto quanto possível, o conhecimento da riqueza informativa desta documentação, permitindo entender aquele que foi um dos mais importantes colégios universitários do país, rivalizando em preeminência e quanto à estirpe dos seus colegiais, com o Colégio Real de São Pedro. Tinha por missão a «*educação e instrução da primeira nobreza do reino*», como o afirmavam o próprio reitor e colegiais.³ O apóstolo S. Paulo tutelava o Colégio, conforme o desejou o rei fundador, D. João III. Na interpretação que lhe foi dada por D. José Barbosa, historiador da instituição, a escolha de S. Paulo ficava a dever-se ao fato de tal como o apóstolo ter ensinado pelo mundo as verdades do Evangelho, também os filhos deste colégio ilustrariam o mundo, com as suas vidas e letras.⁴

Nestas breves linhas de apresentação serão incluídos alguns dados que não figuram na descrição arquivística, pois esta foi feita seguindo padrões normalizados, não se coadunando com os mesmos algumas informações aqui apresentadas, sobretudo no que respeita ao destino do edifício do Colégio, após a sua extinção, em 1834.⁵

Enquanto testemunho documental, este acervo permite-nos conhecer a vida quotidiana da instituição e de todos os colegiais, porcionistas e familiares que o habitaram, assim como os reitores e vice-reitores que presidiram aos seus destinos. As redes sociais que, por certo, se foram tecendo entre aqueles que aqui estudaram e depois abraçaram carreiras académicas, de magistratura, política ou a carreira eclesiástica, tiveram início na instituição que os ajudou a formar, enquanto colegiais e estudantes da Universidade de Coimbra. Aires da Silva foi o primeiro reitor do colégio, nomeado por D. Sebastião, em 1563. Viria a ser também reitor da Universidade, nomeado em 1565; em 1578, acompanhou o próprio

³ Expressão colhida na *Representação do Collegio para aumento de renda* (cópia, s.d.) dirigida à rainha, solicitando a anexação do património do extinto Priorado-mor do Mosteiro de S. Jorge (v. *Documentos de doações, privilégios e confirmações (SR)*, mc. - AUC-IV-1.ªE-7-1-4)

⁴ BARBOSA, José, D. (1727) – *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus colegiais, e porcionistas*. Lisboa : Joseph Antonio da Sylva, p. 12.

⁵ Apesar de VASCONCELOS, António de (1987) - *Escritos Vários*. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade, vol. 1, p. 229, referir a entrega do edifício à Universidade por Portaria de 27 de outubro de 1836, existe documentação que contradiz este dado, nomeadamente o *Inventario e auto de posse do Collegio de São Paulo*, de 4 de agosto de 1834, feito por José Maria Pereira, secretário da Junta da Fazenda da Universidade (cota AUC-IV-1.ªE-7-3-8A), também copiado em *Contas correntes dos bens dos extinctos Collegios de S. Pedro e S. Paulo*, 1834, fl. 8-8v (cota AUC-IV-1.ªE-7-3-8). Este documento esteve já patente em exposição documental no Arquivo, em 1987, figurando no respetivo catálogo: *Os Colégios da Alta Coimbrã – Episódios da Vida Académica. Exposição documental*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, p. 50.

monarca à expedição militar em Alcácer-Quibir, onde perdeu a vida, em 4 de agosto de 1578. O Dr. José Pedro Moniz de Figueiredo foi o último reitor a ser eleito em 1829-30, quando o colégio não tinha já o fulgor de outros tempos.⁶ No período que medeia estes dois reitorados, o colégio conheceu o júbilo e a decadência. Já nada resta do edifício que foi delineado em 1549 e que sofreu remodelações inspiradas no traço dos arquitetos Carlos Mardel e Giacomo Azzolini, erguendo-se, hoje, no mesmo espaço, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e o próprio Arquivo que zela por estes testemunhos.

O rendimento que permitia a sua subsistência provinha da administração de bens patrimoniais, situados em Vale de Remígio (c. Mortágua), Almoester (c. Alvaiázere) e Coimbra, aos quais se associavam as rendas do *Hospital dos Banhos de Lafões* (c. S. Pedro do Sul) e o trigo saído do celeiro de Alvorge (c. Ansião) pertencente à Universidade de Coimbra. Tudo tivera origem em doações régias.

O Colégio esteve sob a proteção do rei e, como tal, era uma instituição privilegiada, de tal forma que precedia todos os demais colégios universitários, em todas as cerimónias que tivessem lugar na Universidade e visitas régias à cidade de Coimbra.⁷ O trabalho que se apresenta, com a divulgação deste património arquivístico, certamente permitirá abrir portas para novos estudos sobre a instituição, as suas relações com a cidade de Coimbra, a própria Universidade e a história social e política do país, uma vez que muitos dos seus membros ocuparam lugares cimeiros na sua administração.

Sobre o destino que foi dado ao edifício do Colégio, registem-se umas breves palavras. No ano letivo de 1838-1839 foi fundada a *Nova Academia Dramática* que ficou instalada no edifício do extinto Colégio de São Paulo⁸ e que depois veio a adotar o nome de *Instituto de Coimbra*.

⁶ Não foi localizada eleição posterior a esta data, ficando a dúvida se esta não teve lugar ou se houve perda de informação. O nome do Dr. José Pedro Moniz de Figueiredo continua a figurar em registos de 1831 a 1833, a par do nome do Dr. Domingos dos Reis Teixeira do Paço da Costa Machado, mas sem indicação de ser reitor do Colégio, bem como o Dr. Guilherme Henriques de Carvalho (v. AUC - *Livro de Folhas de Ordenados da Universidade* (1830-31), fl. 173; (1832-33), fl. 168v – IV-1.ªE-12-1-43 e 45).

⁷ V. BARBOSA, José, D. (1727) – *ob. cit.*, p. 54. Em capela de 4 de agosto de 1704, decidiu-se como se deveria proceder nos cumprimentos ao rei, registando-se, seguidamente, a forma como se procedeu, depois, no dia 5, no beija-mão real, nos Paços da Universidade, por ocasião da visita de D. Pedro II; certamente, D. José Barbosa colheu aqui os dados que publicou, tomando-os por base para a sua afirmação «precede o Collegio Real a todos os mais Collegios da Universidade» (p. cit.).

⁸ A *Nova Academia Dramática* edificou o seu Teatro no grande pátio do extinto Colégio de

Da referida *Academia Dramática* fazia parte o *Instituto da Academia Dramática*⁹ que tinha por missão divulgar a produção literária e artística da mesma associação e que se tornou independente em 1852.¹⁰ No mesmo edifício veio também a ser instalado o *Clube Académico de Coimbra*, em 1862. Em 1886, de acordo com os estatutos aprovados em 18 de março, o *Club Académico* foi incorporado na *Academia Dramática*. Mais tarde, as duas associações fundiram-se dando origem à *Associação Académica de Coimbra* (AAC), em 1887, com estatutos de 10 de julho e aprovados pelo governador civil de Coimbra em 3 de novembro.¹¹ O edifício foi demolido cerca de 1890 e a AAC viria a ser transferida para outros locais, até se instalar no edifício do extinto Colégio dos Paulistas, na Rua Larga, do lado oposto da mesma rua, também designado por Colégio de S. Paulo Eremita.

Em 1912, o arquiteto Augusto de Carvalho da Silva Pinto elaborou o projeto do edifício da Faculdade de Letras que começaria a ser construído no local onde esteve edificado o Real Colégio de São Paulo, que fora destinado para esse fim pelo Ministro do Fomento António Aurélio da Costa Ferreira, nesse mesmo ano de 1912. A construção alargou-se ao longo de vinte anos, fruto de sucessivas modificações do plano original e por falta de orçamento.¹² Pouco tempo esteve em funcionamento, pois em breve daria lugar a novo edifício, o da Biblioteca Geral da Universidade, inaugurado em 1953. Também o edifício do Arquivo da Universidade, inaugurado em 1948, foi construído sobre parte do espaço onde antes esteve o Colégio.

São Paulo, tendo sido feita a primeira representação em 24 de junho de 1839, de acordo com os testemunhos de SERPA, J. F. (1898) – *Chronica do Instituto Dramatico. Revista Academica. Jornal Litterario e Scientifico*. 1, p. 4-6.

⁹ Publicaria em 1849 o primeiro número das *Memorias do Instituto da Academia Dramatica de Coimbra*. Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1849.

¹⁰ A notícia sobre a forma como se constituiu de forma independente, em 1852, o *Instituto da Academia Dramática*, com o nome de *Instituto de Coimbra*, foi colhida em FORJAZ. A. (1852) – *Introdução. O Instituto, Jornal Scientifico e Litterario*. 1, p. 1-2. A mesma informação é também dada por Braga, Teófilo (1902) – *ob. cit.*, t. 4, p. 471.

¹¹ V. GUSMÃO, F. A. Rodrigues (1893) – *A Associação Académica de Coimbra. O Instituto. Revista Scientifica e Litteraria*. 40, p. 306-309. Outros dados aqui referidos foram também colhidos em: *Os Colégios da Alta Coimbrã – Episódios da Vida Académica. Exposição documental*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, p. 30.

¹² V. Anacleto, Regina; Policarpo, Isabel Ponce de Leão (1991) – *O Arquitecto Silva Pinto e a Universidade de Coimbra*. In *Universidade(s) História Memória Perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade*. Coimbra, 2, p. 327-341.

Descrição arquivística do Subfundo do Real Colégio de São Paulo

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP

Título: Real Colégio de São Paulo

Datas de produção: 1559-1834

Nível de descrição: Subfundo

Dimensão e suporte: 173 u.i. (137 liv., 29 mç., 8 pt.); perg. e papel.

Nome do produtor: Real Colégio de São Paulo Apóstolo

História administrativa:

Ao rei D. João III ficou a dever-se a reforma cultural, em que se inseriu a transferência definitiva da Universidade para Coimbra, em 1537, bem como diversas outras medidas de incremento dos estudos superiores. Entre elas, situa-se o incentivo para a criação de colégios universitários em Coimbra, para acomodação dos estudantes. O Real Colégio de São Paulo foi criado neste contexto, a pedido do reitor da Universidade D. Fr. Diogo de Murça (1543-1555), sabendo-se que a sua construção foi iniciada em 1549, em terreno que saía do pátio da Universidade para a rua Larga. Este era, precisamente, o local onde tinham estado instaladas as primitivas “Escolas Gerais”.

Frequentemente, foi identificado como Colégio de São Paulo Apóstolo para se a distinguir de uma outra instituição existente em Coimbra, pelo menos entre o período cronológico de 1779 e 1834, o Colégio de S. Paulo Eremita. Também era conhecido como *Colégio dos Manganchas*, por ter recebido parte dos bens de um antigo colégio fundado pelo Dr. Diogo Afonso de Mangancha (?-1447), quando a Universidade ainda estava sediada em Lisboa. As designações de Colégio Real de São Paulo e Real Colégio de São Paulo Apóstolo figuram também, indiferenciadamente, ao longo do tempo, em diversa tipologia documental.

Estava sob proteção régia e tinha por divisa a frase «*Lucrum mori pro Christo*» que era ostentada no emblema do Colégio, formado pela esfera armilar, na qual se inseria um escudo com a espada do apóstolo S. Paulo, encimada por uma estrela. Em 1549, estava construído o seu refeitório, mas apenas em 1557 o edifício viria a estar concluído e só em 1558 ali entraram os primeiros colegiais. Primeiramente, o rei nomeou os primeiros colegiais,

cujo número podia ser até vinte e quatro, sendo, posteriormente, providos por concurso e por escrutínio do reitor do colégio e restantes colegiais que já lá viviam.

Possuía *Estatutos*, aprovados pela carta régia de 15 de março de 1559, nos quais figuravam as disposições sobre a forma de provimento das colegiaturas e dos lugares de porcionistas que depois vieram a ser criados. Novos estatutos foram aprovados, em 1571, estando, então, prevista a existência de dois porcionistas, lugares ocupados por membros da nobreza, sendo os lugares de colegiais ocupados por estudantes que já possuíssem, pelo menos, o grau de bacharel, tendo frequentado as faculdades de Teologia, Cânones, Leis ou Medicina. Em 5 de abril de 1599, os seus colegiais enviaram ao rei uma petição para que este autorizasse a saída do Colégio para local seguro, fora da cidade, devido à peste que grassava em Coimbra.

Nos primeiros anos de vida do colégio coube ao secretário e mestre-de-cerimónias da Universidade fazer os primeiros registos dos *Livros de capelas*, assim designados por as reuniões colegiais terem lugar na capela. Disso são testemunha os registos de António da Silva, secretário da Universidade, feitos em maio de 1563, passando depois a ser feitos pelo secretário do Colégio, eleito nesse mesmo ano, António de Castilho. A dependência, em relação à Universidade de Coimbra, fazia-se sentir, também, na aprovação das eleições internas, por parte do reitor da Universidade. Dos açougues da Universidade e da *Feira dos estudantes* saíam os mantimentos, ali transacionados, por ordem ao cardeal D. Henrique, dada em Alvará de 22 de dezembro de 1562, destinando-os à manutenção do Colégio, nos seus primeiros tempos de vida. Era também no Colégio de São Paulo que se guardava a designada *Arca dos Médicos* ou seja, a arca com o dinheiro, em depósito, para pagamento dos partidos médicos atribuídos na Universidade. Isto mesmo foi confirmado por Alvará de Filipe II de 3 de janeiro de 1598 e regulamentado no *Regimento dos médicos e boticários cristãos velhos* (§ 11) aprovado por alvará de Filipe II de 7 fevereiro de 1604. O reitor da Universidade de Coimbra tinha a obrigação de fazer anualmente a visitação ao Colégio, acompanhado dos lentes de Prima de Teologia e de Cânones, tal como estava estipulado nos *Estatutos* e foi confirmado por alvará de Filipe I de 25 de fevereiro de 1595.

O gravador francês Guilherme Francisco Lourenço Debrie foi o autor de uma gravura a buril, datada de 1733, com uma alegoria da fundação do Colégio, retratando o edifício com o seu portal, evidenciando-se as figuras de D. João III, considerado o rei fundador e de D. Sebastião, identificado como o rei legislador.

Arquitetonicamente, sofreu modificações diversas ao longo dos séculos, com obras de recuperação em 1661-1664, sendo reitor João de Gouveia

da Rocha. Possuía espaços próprios, nos quais figuravam a capela, o refeitório, a cozinha, a casa da livraria, o cartório, a casa do lavatório, os dormitórios, o celeiro, a hospedaria e as celas ou quartos individuais. O terramoto de 1755 também deixou violentas marcas no edifício, tendo sofrido obras para reforço da sua segurança. Na reedificação final que lhe foi dada nos séculos XVIII e XIX tinha as seguintes confrontações: a norte a rua Larga, a sul rua das Parreiras, nascente rua de S. Pedro e poente rua Entre-colégios.

Os capelães da Universidade eram obrigados a celebrar uma missa cantada na capela do Colégio, em dia de Santo Atanásio (2 de maio) por intenção do rei fundador D. João III e também ali celebravam missa quotidiana. O alvará de Filipe II, de 28 de outubro de 1599, ordenava que os capelães da Universidade celebrassem diariamente na capela do Colégio, apesar de os *Estatutos* da Universidade impedirem a celebração pelos ditos capelães, fora da capela da Universidade. Possuía altar privilegiado, por breve do papa Inocêncio X, de 7 de maio de 1653.

Os colegiais trajavam uma beca de cor vermelha (que até 1699 fora de cor azul e antes, ainda, fora roxa) e, por baixo desta, uma loba de cor castanha, bastante comprida, como se fosse uma batina. Sobre a beca, nos ombros, usavam uma faixa, a designada faixa umeral de cor violácea.

Possuía rica livraria que se foi formando, como o relatam os testemunhos documentais, com donativos e legados de colegiais e porcionistas, como o de D. André de Almada, professor de Teologia na Universidade e que viveu no Colégio cerca de 50 anos e aqui faleceu em 1642, legando a sua biblioteca particular. Também foi pedida, pelo colégio, a anexação da biblioteca confiscada ao Dr. António Homem, professor da Faculdade de Cânones, preso pela Inquisição em 1619 e penitenciado em 1624, em Lisboa. A aquisição de livros também ficou documentada em livros de despesas do Colégio.

O financiamento e o engrandecimento do seu património teve lugar através de diversas doações régias que foram concretizadas, pelos seguintes diplomas: Provisão do cardeal D. Henrique, de 22 de dezembro de 1562, anexando 270 mil réis das rendas da Universidade; Alvará de D. Sebastião, de 2 de janeiro de 1563 pelo qual foram aplicadas ao Colégio rendas, em trigo e cevada, retiradas do celeiro da Universidade, em Alvor (c. Ansião); foram de novo acrescentadas por acórdão da Mesa da Fazenda da Universidade, de 15 de novembro de 1594; Provisão de 19 de outubro de 1618, ordenando que do cofre ou *Arca dos médicos* da Universidade se pagassem, anualmente, 80 mil réis para duas becas de Medicina; Provisão de Filipe II, de 14 de setembro de 1621, ordenando que se pagassem, das rendas da Universidade, 100 mil réis; no mesmo sentido, a Provisão de D. João V, de 18 de novembro

de 1712, dotando a instituição de mais 400 mil réis, também saídos dos cofres da Universidade. Cite-se, ainda, a carta do marquês de Pombal, de 30 de junho de 1773, pela qual o Colégio conservaria todas as pensões e rendas que lhe tinham sido dadas.

Além destes bens, foi ainda anexada, por Carta régia de 6 de abril de 1559, de D. Sebastião, e por consentimento do bispo-conde de Coimbra, D. João Soares, a igreja paroquial de S. Mamede de Vale de Remígio (c. Mortágua) que era do padroado da Universidade. Esta união foi ratificada por documento pontifício de 6 de julho de 1561, do Papa Pio IV. Administrava também o *Hospital dos Banhos* ou *Hospital de Lafões* (as atuais Termas de S. Pedro do Sul) recebendo as rendas dos bens a ele anexadas, sendo também o responsável pela sua conservação e manutenção. A posse dos bens doados nem sempre foi pacífica, tendo havido contendas com pessoas e instituições, como ocorreu com o duque de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre, em 1594-96, pela posse dos bens da capela e igreja de Almoester (c. Alvaiázere) que saíram dos bens da coroa.

Em 1822-23 foram feitas obras de recuperação no edifício do Colégio e no ano de 1825 foram edificadas novas casas na rua Larga, tendo havido conflito com a Câmara Municipal, por se suspeitar de usurpação de terreno público, problema que foi sanado depois de vistoria conjunta, às obras e local.

Para ingressar no Colégio, era necessário fazer prova de pureza de sangue e de bom comportamento e costumes, através da apresentação de inquirições "*de genere*" e inquirições "*de vita et moribus*", quer ingressassem como colegiais, porcionistas e familiares, como o revelam inúmeros testemunhos documentais, como os que figuram, profusamente, nos *Livros de Capelas*.

Os *Estatutos* do Colégio (de 1559 e 1571) e as Provisões régias de 11 de setembro de 1628, 21 de maio de 1682, 25 de janeiro de 1697 e 19 de novembro de 1712, estipulavam que todo o habilitado para porcionista, devia pagar uma porção anual, correspondente a um ano letivo (de 15 de outubro a 15 de maio) e que variou ao longo do tempo entre os 50 mil e os 80 mil réis, ao qual se acrescentavam 10 mil réis por cada mês que o recolhido permanecia no Colégio, sendo esta uma forma de financiamento e sustentação económica da Instituição, como o atestam os seus livros de receitas. Este valor seria uma última vez modificado, por Carta do infante regente D. Pedro, em 14 de novembro de 1827, sendo elevado para 120 mil réis, pelos sete meses em que eram obrigados a permanecer na Universidade (e no Colégio), devendo pagar, ainda, 16 mil réis, por cada mês a mais de permanência.

Os citados *Estatutos* e as decisões aprovadas em capela (a designada reunião do reitor e colegiais) determinavam a forma de governo da institui-

ção, presidida por um reitor, coadjuvado por um vice-reitor, conselheiros, secretário, mestre-de-cerimónias, superintendente do refeitório e tendo ao seu serviço um corpo de funcionários formado por: dois médicos, boticário, sangrador, barbeiro, vedor, procurador, tesoureiro, comprador, refeiteiro, lavadeira, padeira e cozinheiro. Todos os funcionários gozavam dos mesmos privilégios de que gozavam os oficiais da Universidade.

No ano em que foi extinto o Colégio, em 1834, o seu cartório era formado por maços de papéis, uma arca com provisões, livros, uma gaveta com avisos, portarias e cartas régias e um caixão com documentos sobre os colegiais.

História custodial e arquivística:

Por Decreto de 16 de julho de 1834, foi extinto e incorporado na Universidade, a qual tomou posse do edifício, com todos os seus bens de raiz e bens móveis que lhe pertenciam, em 4 de agosto desse ano, à semelhança do que se passou com o Real Colégio de São Pedro, abrangido pelo mesmo decreto. Por Portaria de 28 de julho, do mesmo ano, ordenou-se a execução do citado decreto e o auto de posse. Esta extinção teve lugar com a justificação usada nas primeiras palavras do citado diploma: *"não satisfazendo às condições de sua instituição"*. A estas palavras acresce, logo depois: *"não podendo subsistir hoje por carecerem de rendimento suficiente"*, devido, neste último caso, à extinção dos dízimos e à falta de subsídio por parte da Universidade que também não possuía os recursos necessários. Fez-se, então, o inventário dos bens móveis e imóveis, figurando também o inventário dos documentos do cartório, do qual a Universidade tomou posse, em 4 de agosto de 1834, tendo sido lavrado auto, pelo secretário da Junta da Fazenda da Universidade, José Maria Pereira.

São manifestas as perdas documentais, em diversos períodos cronológicos, também ilustradas com o desmembramento de livros e perda de suas encadernações. Refira-se, concretamente a perda de volumes de *Estatutos*, citados, amiudadamente, em diversa documentação, mas que já hoje não existem e que poderiam dar lugar a uma série documental.

Na designada «casa das capelas», local onde passaram a ser feitas as reuniões colegiais, conservavam-se todos os documentos de arquivo do Colégio, presumindo-se que, no séc. XIX, servia de cartório. Em capela de 3 de setembro de 1806, decidiu-se que fosse feito o inventário de livros e documentos que ali se encontravam, na passagem de testemunho do reitor José Teles da Silva, para Inácio da Costa Brandão que lhe sucedeu.

Foram identificadas as seguintes unidades de instalação que se verificou não pertencerem a este acervo: um volume relativo à igreja de S.

Félix de Lafões e não ao Hospital de Lafões (ou *Banhos de Lafões*), tendo sido integrado no fundo documental do Colégio de Jesus de Coimbra (com a cota topográfica AUC-IV-1.^ªE-20-2-9A) e um volume de *Inventário da sacristia e refeitório* (1721) que foi integrado no Colégio Real de São Pedro, de acordo com o princípio de proveniência (com a cota topográfica AUC-IV-1.^ªE-7-5-59).

Âmbito e conteúdo:

Inclui, maioritariamente, volumes, mas também documentação avulsa, em cópias e em originais, relativos à aquisição e gestão de património, à fundação e confirmação de privilégios, ao ingresso de colegiais e à vida interna da instituição, nos seus aspectos económicos, sociais e culturais.

Inclui também documentação relativa à gestão de conflitos, formada por processos judiciais que ilustram os litígios com rendeiros e foreiros, devedores de dinheiro por empréstimo a juros, intromissão de outras instituições na posse de bens, ou litigância diversa. Inclui ainda autos e tombo de demarcação e reconhecimento de bens (1560-1808) situados em Almoester (c. Alvaiázere) e Lafões (c. S. Pedro do Sul), onde se localizava o *Hospital dos Banhos* ou *Couto dos Banhos* que o Colégio administrava.

Engloba dados sobre a vida interna da Instituição, a entrada de porcionistas, colegiais e familiares e as inquirições de pureza de sangue feitas para o seu ingresso, as eleições de reitor e conselheiros, as obras de reedificação e tantos outros assuntos ilustrados nos *Livros das capelas* (1563-1826).

Ao Colégio foram anexadas as igrejas de S. Mamede de Vale de Remígio (c. Mortágua) e a igreja de Almoester (c. Alvaiázere), tendo sobrevivido a documentação régia e pontifícia que confirma esta união, como os diplomas de D. Sebastião (1559), do cardeal D. Henrique (1562), Filipe I (1591), etc.

Contempla as despesas de alimentação, com os gastos do refeitório, no que toca a géneros comprados, dados a conhecer, entre outros, nos *Livros de despesa com pão* (1586-1739), *Livros de despesa da superintendência da cozinha* (1587-1834) e *Livros de recibos do superintendente e do comprador* (1592-1725).

Compreende correspondência (1570-1832) de colegiais e porcionistas que viveram no Colégio, revelando os cargos que depois assumiram na vida civil e religiosa, pois disso davam conta ao reitor da Instituição, agradecendo as felicitações recebidas pela nomeação para cargos ou dando a notícia dessa nomeação. Os nomes destes mesmos colegiais ficaram também registados em *Livro de legados* (1607-1831) em que se mencionam os bens legados ao Colégio, em dinheiro, em prataria, em obras de arte (retábulos), em livros, etc.

Igualmente, os *Livros de apresentação a colegiaturas e familiaturas*, os *Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores* e o *Livro de provimento das colegiaturas* permitem conhecer aqueles que, em diversos períodos cronológicos, habitaram o Colégio, até à sua extinção em 1834.

Entre os colegiais e porcionistas que ali viveram, podem referir-se: Bento da Fonseca (1642-1698), António Lourenço (1573-1630), Francisco Cerveira de Morais, Bernardo Pereira da Silva (1665-1723) que foram professores da Faculdade de Leis; Aires Correia Baharem (1572-1620), Constantino Barradas (1560-1618), D. Afonso de Castelo Branco (1522-1615) que foram lentes de Teologia, este último também bispo do Algarve (1581-85) e depois de Coimbra (1585-1615); António de Mendonça (1596-1675), José Pedro da Câmara Coutinho (1691-1733), Miguel Carlos da Cunha (1703-1779), porcionistas que foram professores de Cânones, etc. Cite-se ainda Guilherme Henriques de Carvalho, colegial entre 1818-1823, foi professor das faculdades de Cânones e de Direito, tendo sido administrador até à sua extinção em 1834 e viria a ser bispo de Leiria e cardeal patriarca de Lisboa.

Diversas famílias nobres enviaram seus filhos para estudar neste Colégio, estando presentes, por exemplo, filhos do marquês do Lavradio, marquês de Fronteira, conde dos Arcos, conde de Assumar, conde de Avintes, conde de Coculim, conde de Galveias, conde de Povolide, conde de Unhão, etc.

Permite conhecer os reitores da Instituição: Luís Pinheiro de Leiva (1612), Cid de Almeida (1613), Miguel Fernandes de Andrade (1682-1683), João Rodrigues Pinto (1693- 1694), Manuel Cabral de Figueiredo (1701-1702), Francisco de Almeida Caiado (1708-9), Bernardo Pereira da Silva (1710-1711), Manuel de Matos (1713-1714), Bernardo António de melo Osório (1720-21), João de Moura e Gouveia (1722-1723), Francisco Soares de Macedo (1731-1732), Constantino António Álvares do Vale (1764-1765), José Álvares de Carvalho (1769-70), Manuel José Álvares de Carvalho (1770-1771), Francisco Monteiro Pereira (1777), Inácio da Costa Brandão (1801), etc.

Foram vice-reitores, entre outros: D. António de Magalhães (1592), D. Lopo de Almeida (1621), Francisco Cerveira de Morais (1657), João de Azevedo (1671), Alexandre de Vasconcelos Coutinho (1720), Fernando José de Castro (1734), José Pinto de Mesquita (1745), João Centeno Mexia (1763), António José Cordeiro (1786), Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos (1787-8).

Sistema de organização:

Na impossibilidade de repor a organização primitiva do cartório e/ou de lhe atribuir uma classificação orgânica e funcional foram identificadas vinte

e uma séries documentais que foram ordenadas cronologicamente. Cada série recebeu também a ordenação cronológica, com exceção da *Correspondência*, ordenada alfabeticamente pelo último apelido do signatário das cartas, critério já utilizado originalmente, no cartório do Colégio. A série *Documentos de doações, privilégios e confirmações* apresenta a ordem cronológica, com exceção dos documentos anteriormente agregados por assunto, respeitando a ordenação original que lhes fora atribuída no Colégio.

No final foi colocado um maço com documentação avulsa (1668-1830) que não foi possível inserir nas séries existentes, formada por fragmentos de documentos e outra tipologia, como dissertação em Leis do colegial José Joaquim da Cunha Veiga (1816), certidão de dinheiro saído da *Arca dos Médicos* (1773), etc.

Idioma/escrita:

Português, latim, italiano.

Características físicas:

Encadernações gastas e desmembradas, cadernos soltos. Papel com manchas de humidade, acidez e oxidação pelo uso de tinta ferrogálica, repasses de tinta, rasgões, picos de traça e galerias.

Instrumentos de descrição:

Inventário e descrição arquivística das séries.

Unidades de descrição relacionadas:

Complementar:

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F). Contém dados sobre o colégio, após a sua extinção e tomada de posse pela Universidade.

Existe projeto do arquiteto Giacommo Azzolini, para restauro do edifício do Colégio, cerca de 1755, em Portugal, Museu Nacional de Machado de Castro.

Nota de publicação:

Barbosa, José, D. (1727) – *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus colegiais, e porcionistas*. Lisboa: Joseph António da Sylva.

Barosa, Ana Paula (2001) – *O Colégio de S. Paulo da Universidade de Coimbra – Estudo económico-social (1700-1834)*. (Dissertação de mestrado

sob a orientação do Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: FLUC.

Brandão, Margarida (1974) – *O Colégio de S. Paulo*. Coimbra.

Notas:

Título formal.

Nota do arquivista:

Descrição elaborada por Ana Maria Leitão Bandeira e Anabela Rodrigues Oliveira Costa.

Nota ao elemento de informação *História administrativa*. Foram consultadas as seguintes obras e fontes:

Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra (1991) – *A Velha Alta... Desaparecida Álbum comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*. Coimbra.

BARBOSA, José (1727) – *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus colegiais, e porcionistas*. Lisboa: Joseph António da Sylva.

BAROSA, Ana Paula (2001) – *O Colégio de S. Paulo da Universidade de Coimbra: Estudo económico-social (1700-1834)*. Coimbra: FLUC. (Dissertação de mestrado sob a orientação do Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

BRAGA, Teófilo (1892) – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, t.I, p. 577-580.

BRANDÃO, Margarida (1974) – *O Colégio de S. Paulo*. Coimbra, Ed. de autor.

Os Colégios da Alta Coimbrã – Episódios da Vida Académica. Exposição documental. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987.

VASCONCELOS, António de (1987) – *Escritos Vários*. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade, vol. 1, p. 225-232.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F), «*Contas correntes dos bens dos extinctos Collegios de S. Pedro e S. Paulo, 1834*» fl. 2-9 (DC) - inclui o inventário de bens móveis e imóveis, bem como o cartório do colégio, assim como o auto de posse do edifício do extinto Colégio, em 4 de agosto de 1834.

Nota ao elemento de informação *História custodial e arquivística*. *O Livro de Capelas* (1806-1825), fl. 1v-2, regista o inventário do cartório do Colégio em 1806.

Regras ou convenções:

ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística, adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

Direcção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. *Orientações para a descrição arquivística*. 2.^{av}. Lisboa: DGARQ, 2007.

Data de descrição:

Elaboração: 2009-10 e 2013-12; revisão 2014-01.

Inventário e descrição arquivística das séries

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/01

Título: Documentos de doações, privilégios e confirmações

Datas de produção: 1559-1827

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1liv.,4 mç.; perg. e papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui documentação régia de diversa tipologia, como provisões, alvarás, avisos e cartas, bem como documentação eclesiástica, formada por provisões, cartas e breves.

Compreende, maioritariamente, documentação original, avulsa, com exceção das cópias de documentos régios registadas em livro, refletindo a fundação da instituição, doações, privilégios, confirmação dos mesmos e regulamentação interna.

Ilustra os mais diversos assuntos, podem exemplificar-se: Alvará do Cardeal D. Henrique, dado em Lisboa a 12 de novembro de 1567, estabelecendo a quantidade de carne a dar aos colegiais e familiares; ou o Alvará de D. Filipe II, de 24 de novembro de 1616, clarificando o modo das votações em capela. Quanto a traslados e cópias podem citar-se, por exemplo, os traslados, feitos em Coimbra a 9 de junho de 1713 e 13 de julho de 1714, respetivamente, do Breve de Gregório XIII, de 18 de abril de 1576, confirmando a desanexação de 140 mil réis das rendas da Universidade de Coimbra para que no Colégio houvesse mais três becas; ou a cópia de vários documentos régios, para ser entregue à Junta que, em 1824, veio rever as contas da Universidade, a saber: o Alvará do Cardeal D. Henrique, dado em Lisboa a 22 de dezembro de 1562, dotando o colégio de 270 mil réis das rendas da Universidade assim como da renda da Igreja de S. Mamede de Vale de Remígio (c. Mortágua), a certidão de uma consulta régia, a 22 de dezembro de 1621, sobre a posse do Hospital de Lafões (c. S. Pedro do Sul), a Provisão do Príncipe Regente D. Pedro, de 2 de dezembro de 1682, sobre as rendas do Alvorge (c. Ansião), a Provisão de D. João V, de 18 de novembro de 1712, concedendo 400 mil réis das rendas da Universidade e o Aviso do Príncipe Regente D. João, de 14 de setembro de 1807, anexando as rendas de algumas igrejas do Padroado da Universidade.

Retrata a administração do Colégio, nos seus aspetos económico-financeiros e regulamentares. Refiram-se, por exemplo: o Alvará do cardeal D. Henrique, de dezembro de 1562, sobre o fornecimento de carne, peixe e outros mantimentos; a Carta de D. Filipe I (em pergaminho) de 4 de maio de 1591, confirmando o Alvará de D. Sebastião, de 14 de outubro de 1559, sobre a anexação da Capela do Salvador de Almoester (c. Alvaiázere); a Provisão de D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra, de 17 de março de 1595, levantando o sequestro feito às rendas da Igreja de S. João Baptista (freg. de S. Joaninho, c. Santa Comba Dão).

Quanto à regulamentação interna, refiram-se os seguintes diplomas régios: Alvará do cardeal D. Henrique, de 12 de novembro de 1567, sobre o prazo para o provimento das colegiaturas; Provisão de D. Pedro II, de 23 de outubro de 1696, estabelecendo o número de porcionistas; Aviso régio do dia 15 de dezembro de 1824, esclarecendo sobre a forma de se proverem as colegiaturas nos Colégios de São Paulo e São Pedro.

Permite conhecer os privilégios de que gozava o Colégio: direito de aposentadoria e mantimentos, concedido aos colegiais que dele se ausentassem, para fazerem as inquirições, dado em Provisão de D. Sebastião, confirmada por Filipe II, em 2 de agosto de 1590 (traslado de 14 de janeiro de 1677); o direito de executar e arrecadar dívidas, como se procedia na Fazenda Real, por alvará de Filipe III de 27 de abril de 1634, (traslado de 29 de dezembro de 1752); licença para ter e ler os “*livros proibidos*” da sua Livraria, concedida por Breve de Bento XIV de 5 de julho de 1741 e por Provisão de D. José, de 13 de maio de 1772.

Ilustra a preocupação dos monarcas com o provimento das colegiaturas e a comutação de becas, de que são exemplos a Provisão de Filipe III, de 12 de novembro de 1632, a da Regente D. Luísa de Gusmão, de 6 de setembro de 1657, ambas permitindo que o Colégio comute uma beca de Teologia em Leis ou Cânones; o indeferimento de pedidos para comutar becas de Medicina e a dificuldade em prover tais becas; a carta do cardeal D. Henrique, de 7 de outubro de 1567, pedindo que se preencha, com rapidez, uma beca de Medicina, visto haver falta de médicos. Quanto ao tema da dispensa de renda, idade, hábito e parentesco, contrariando as disposições do *Estatutos* podem citar-se: Provisão de Filipe II, de 6 de outubro de 1618, dispensando de renda a D. Lourenço Coutinho, filho do conde de Redondo; Provisão de Filipe III, de 30 de abril de 1632, dispensando de renda e idade a D. Diogo de Lima, filho do visconde de Vila Nova de Cerveira; Provisão de D. João IV, de 10 de dezembro de 1641, dispensando para ser opositor às becas, apesar de ter sido religioso da *Cartuxa*, José Mendes Salas, lente de *Instituta* na

Universidade e a Provisão do infante D. Pedro, de 8 de abril de 1677, dispensando de parentesco a João de Sousa Menezes.

Fornece informação sobre o estado de conservação do edifício, em finais do século XVII, quase em ruína, como testemunham as provisões do príncipe regente D. Pedro, entre 1682 e 1690, tomando providências para a sua requalificação.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica. Os documentos sem data encontram-se no final de todos os documentos do século a que dizem respeito. Tendo-se averiguado que, anteriormente, no cartório, havia sido dada uma unidade a certos assuntos, manteve-se esta, no que toca a “livros proibidos” e “Junta de 1824”.

Características físicas:

Manchas de humidade, fungos e acidez pelo uso de tintas ferrogálicas.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores, Correspondência, Livros de Capelas*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Documentos de doações, privilégios e confirmações	1559 - 1600	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-1
Registo de alvarás e provisões régias	1597 - 1827	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-1-2
Documentos de doações, privilégios e confirmações	1601 - 1697	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-3
Documentos de doações, privilégios e confirmações	1703 - 1793	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-4
Documentos de doações, privilégios e confirmações	1806 - 1827	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-5

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/02

Título: Processos judiciais

Datas de produção: 1559-1828

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 5 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Engloba tipologias diversas, podendo referir-se: autos de embargo sobre posse de bens, autos de execução e penhora de bens, cartas citatórias, sentenças de destrinça de foros, autos de conta corrente, sentenças para novo encabeçamento, etc. Inclui sentenças, em original e em traslado, extraídas de autos diversos, relativas, na sua maioria, a dívidas de rendeiros. Entre os processos judiciais, por dívidas, podem referir-se: renda de casas na rua das Parreiras, em Coimbra (1751), pensão e foro do prazo de Coselhas, na Quinta do Promotor, em Coimbra (1763), dívida de juros, sendo devedor o Dr. Francisco António Soares, de Soure e seus herdeiros (1769-1810).

Inclui também autos contra o reitor da Universidade, sobre o pagamento de rendas a que o Colégio tinha direito no celeiro de Alvorge, do c. Ansião (1620).

Inclui ainda autos diversos relativos a litígios sobre bens da igreja de Vale de Remígio (c. Mortágua) ou sobre bens da igreja de S. Joaninho (c. Santa Comba Dão). No que toca a questões em Almoester (c. Alvaiázere), ilustra, por exemplo, a questão havida com o duque de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre, sobre a posse dos bens que saíram da Coroa para o Colégio, da capela e igreja de Almoester (1594-96). Engloba, sobre a mesma capela, cópias autênticas de documentos existentes na Torre do Tombo, certificadas, em 1757, pelo guarda-mor Manuel da Maia.

Contém certidão de autos de correições feitas pelo doutor Sebastião Rodrigues de Azevedo (1559) e pelo licenciado Baltazar da Fonseca (1663) ao couto do Hospital de Lafões, também designado por «*Couto das Caldas dos Banhos*» ou apenas «*Couto dos Banhos*».

Contém também pareceres jurídicos do doutor João de Mogrovejo, então lente de Prima da Faculdade de Cânones, datados de 1559, sobre a união, ao colégio, da igreja de S. Mamede de Vale de Remígio e sua anexa de Santo Isidoro de Almaça (c. Mortágua), integrado em processo sobre a questão, em que o reitor da Universidade relata a obra do colégio e solicita o aumento do seu património com a referida doação.

Contém ainda diversos libelos cíveis e sentenças cíveis em que são réus Mateus Gonçalves, António Gonçalves e Manuel Fernandes, de Almoester, sobre bens da capela de Almoester (c. Alvaiázere) administrada pelo Colégio (1713-1728).

Refiram-se, também, as sentenças cíveis contra os capelães da Universidade, por estes não dizerem missa quotidiana no Colégio (1715 e 1803), inseridas em macete de documentos sobre a mesma questão (1707-1832).

Sistema de organização:

Ordenação cronológica.

Características físicas:

Folhas rasgadas e repasses de tinta, prejudicando a leitura.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Documentos de doações, privilégios e confirmações, Relações de foros e foreiros, Escrituras de aforamento, arrendamento e empraçamento, Autos e tombos de demarcação e reconhecimento.*

Descrição	datas	u.i.	cotas
Processos judiciais	1559 - 1690	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-6
Processos judiciais	1700 - 1734	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-7
Processos judiciais	1746 - 1774	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-8
Processos judiciais	1777 - 1823	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-9
Processos judiciais	1824 - 1828	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-10

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/03

Título: Autos e tombos de demarcação e reconhecimento

Datas de produção: 1560-1808

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 3 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Contém autos e tombos de demarcação e reconhecimento das propriedades do colégio em Almoster (c. Alvaíazere) e Lafões (c. S. Pedro do Sul). Engloba três livros (1631-1737) relativos à capela de Almoster, mas também documentação avulsa relativa aos citados locais. Entre esta última, pode referir-se: certidão do auto e tombo de demarcação, feito a 14 de março de 1506, das terras reguengas pertencentes ao *"Hospital Real das Caldas de Lafões"* ou *"Hospital dos Banhos"* (1612); o traslado da nomeação, feita pelo reitor do colégio D. Álvaro da Costa, do licenciado João do Amaral e do tabelião de Abiul Francisco Pereira, respectivamente, como juiz e escrivão do tombo de Almoster (1631); assim como a certidão de um auto de reconhecimento de uma sesmaria no

Canical, da qual é cabeça Manuel da Silva (1808); duas cópias (1560 e 1761) do “Tombo de Almoester”, cujo original é de 13 de setembro de 1560 e a certidão, por António Manuel Elesbão de Melo, escrivão das Capelas da Coroa, a partir de uns autos findos, existentes na Torre do Tombo (1761).

Permite conhecer os juizes e escrivães que elaboraram os tombos: João Gonçalves e Diogo Pires, respectivamente, juiz e escrivão do tomo de demarcação das terras do *Hospital dos Banhos de Lafões* ou *Couto dos Banhos*, de 1506, do qual foi feita certidão por Pedro Pinto, tabelião de Lafões (1612) ou Manuel Paz Freire e Manuel Mendes Seara, juiz e escrivão do “Tombo Novo de Almoester” (1713). Refira-se que a designação de “*Hospital Real das Caldas de Lafões*” ou “*Hospital dos Banhos de Lafões*” corresponde atualmente às Termas de S. Pedro do Sul.

Informa sobre as propriedades sob senhorio direto do colégio, bem como os seus confrontantes e os responsáveis pela sua manutenção. Refiram-se, a título de exemplo, os bens em Almoester (c. Alvaiázere) e os proprietários confrontantes, em 1598: duque de Aveiro, do duque do Cadaval e conde de Tentúgal, assim como o «Infantado de Pousaflores», ou seja Pousa Flores (c. Ansião) que pertenceu à Casa do Infantado; ainda em Almoester, a sesmaria da Macieira, de que foi cabeça Eusébio Luís e que passou para José Gomes, morador no Casal Velho (1713-1717).

Testemunha as razões determinantes para elaboração dos tombos: a certidão dos autos do tomo da capela de Almoester, de 13 de setembro de 1560, foi feita a pedido dos moradores do dito lugar (1761). Os tombos ficaram redigidos de forma esclarecedora, não restando dúvidas quanto aos direitos do Colégio sobre as propriedades. Integra o traslado de documentos probatórios, como a carta régia de Filipe II, de 1591, confirmando a anexação, da mesma capela, feita pelos seus antecessores.

Engloba provisões régias, nomeando o juiz do tomo, como a de D. José, de 9 de maio de 1759, nomeando Luís António Pereira de Barros, juiz do tomo de Almoester; várias procurações, do colégio ou dos confrontantes, como a que foi dada a Manuel Pedro da Costa, a 5 de abril de 1761, para que este o represente junto ao juiz do tomo e ainda os termos de nomeação das audiências, de louvação, de juramento de louvados, autos de aforamento e encabeçamento de propriedades e sua medição e demarcação.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica das unidades de instalação. Quanto à documentação avulsa, seguiu-se a ordenação alfabética, pelos locais onde se situam os bens, mantendo o critério já adotado no cartório.

This is a detailed hand-drawn map of Vila Rica, Minas Gerais, from the late 18th century. The map is oriented with North at the top, indicated by the word "Norte" at the top center. It shows the city's location within a mountainous region, with numerous peaks and valleys depicted using wavy lines. Key geographical features include the Rio Paraíba do Sul flowing through the eastern part of the city, and various rivers and streams such as the Rio de São João, Rio de São Francisco, and Rio de São Pedro. The map also shows the city's fortifications, including the Forte de São João and the Forte de São Francisco. Surrounding territories are labeled, including "TERMO DE POVSA FLORENTINA" to the north, "TERMO DE ABEILHA D'AVILA" to the west, and "LVAIAZERE DO CONDE DE TENTUGVEL" to the south. The map includes numerous place names, such as "São João del-Rei", "São Francisco", "São Pedro", "São Paulo", "São José", "São Antônio", "São Carlos", "São Bento", "São Domingos", "São Marcos", "São Mateus", "São Miguel", "São Rafael", "São Sebastião", "São Vicente", "São Xavier", "São Yago", "São Zé", "São João del-Rei", "São Francisco", "São Pedro", "São Paulo", "São José", "São Antônio", "São Carlos", "São Bento", "São Domingos", "São Marcos", "São Mateus", "São Miguel", "São Rafael", "São Sebastião", "São Vicente", "São Xavier", "São Yago", "São Zé". The map is drawn on aged, slightly discolored paper, and the handwriting is in Portuguese.

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXVII [2014], pp. 7-59

Características físicas:

Encadernações cansadas e danificadas. Manchas de manuseamento e pequenos rasgões, acidez pela tinta ferrogálica.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos judiciais*, *Documentos de doações, privilégios e confirmações*, *Escrituras de aforamento, arrendamento e emprazamento*, *Relações de foros e foreiros*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Autos e tombos da Capela de Almoester (c. Alvaíazere); Hospital das Caldas de Lafões (c. S. Pedro do Sul)	1560 - 1808	pt.	AUC-IV-1.ªE-7-1-11
"Tombo Velho de Almoester"	1631	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-1-12
"Tombo Novo de Almoester"	1713 - 1717	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-1-13
"Novíssimo Tombo de Almoester"	1758 - 1767	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-1-14

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/04

Título: Livros das Capelas

Datas de produção: 1563-1829

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 5 liv., 2 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Contém livros de registo das deliberações tomadas em capela (1563-1826), assim designados pelo facto dessas reuniões de colegiais terem lugar na capela do colégio, apesar de haver ocasiões em que as capelas decorram no quarto de algum colegial doente ou em outra sala. Cada volume era originalmente referido como «livro da capela». Contém ainda documentação avulsa formada por cartas de confirmação da eleição do reitor, conselheiros e demais oficiais (1574-1829).

Os livros apresentam termo de abertura, mas apenas um apresenta termo de encerramento e têm folhas numeradas e rubricadas pelo reitor, em exercício aquando da feitura do volume, com excepção de um (1734-1789) no qual o secretário do colégio, Nicolau Álvares Brandão, rubrica as folhas.

Permite conhecer a vida quotidiana da instituição, nos seus aspectos administrativos, regulamentares e sociais, envolvendo colegiais, porcionistas e familiares do colégio, com início a 2 de maio de 1563, data da inauguração do edifício, estando presentes, entre outros, Aires da Silva, nomeado seu primeiro reitor, e D. Jorge de Almeida, reitor da Universidade de Coimbra. Refiram-se as visitas feitas, anualmente, pelo reitor da Universidade, de acordo com os *Estatutos* do colégio, podendo citar-se a de 1 de abril de 1566, aquando da visita de Aires da Silva, reitor da Universidade, que se fez acompanhar por Fr. Martinho de Ledesma (professor de Teologia) e Jaime de Moraes, (professor de Cânones); ou a visita de 22 de janeiro de 1609, pelo reitor da Universidade D. Francisco de Castro, na presença de todos os colegiais e porcionistas, durante a qual foram vistas e aprovadas as contas de 1600 a 1608, visitadas as instalações e foram feitas recomendações, no que toca a obras de reparação do edifício, o voto secreto na eleição dos porcionistas, a administração do paul de Leiria e do Hospital de Lafões, autorização para os colegiais jogarem à bola, ordem para que se realizem as “capelas” mensalmente, etc.

Ilustra a tomada de contas e ordens de pagamento aos oficiais; deliberações sobre o aumento dos salários, como o do barbeiro Manuel Gonçalves (1573); necessidade de registar a contabilidade do refeitório e da cozinha (1609); legados feitos por antigos colegiais, como o do doutor Sebastião da Costa de Andrade, cónego doutoral de Évora que legou castiçais, uma vestimenta de damasco e um missal dourado (1612), ou o legado de um lampadário de prata, por Luís Mendes de Macedo (1613); anexação de bens do Hospital de Lafões (c. S. Pedro do Sul), trasladando o respetivo alvará, pelo qual se confirma a sua anexação (1611), a qual fora determinada, por D. Sebastião, após a morte do físico-mor Sebastião Rodrigues, seu anterior administrador; cobrança de dívidas, como a de D. Francisco de Almada, pela sua hospedagem no Colégio, de 1730 a 1733, etc.

Compreende a regulamentação interna, decidida, aprovada ou comunicada em capela, podendo apontar-se: traslados de provisões e alvarás régios: do cardeal regente, D. Henrique, de 23 de outubro e 22 de dezembro de 1562, sobre a forma de provimento dos colegiais, e demais oficiais e sobre a anexação de 270 mil réis das rendas da Universidade e da igreja de Vale de Remígio; as disposições normativas, para o bom governo do Colégio, dadas tanto pelo rei como pelo reitor da Universidade de Coimbra, entre as quais o *Regimento que a de guardar no tirar das inquirições*, registado a 18 de outubro de 1572.

Contempla a vivência quotidiana da instituição, dando a conhecer as eleições para os diversos cargos: reitor, vice-reitor, exercido pelo colegial

mais antigo, de entre os três conselheiros eleitos, secretário, mestre-de-cerimónias, refeiteiro ou superintendente do refeitório, procurador, etc. As eleições tinham lugar no dia de S. Lucas (18 de outubro) por votação secreta, depois da celebração da missa do Espírito Santo, sendo, obrigatoriamente, confirmadas pelo reitor da Universidade.

Ilustra as deliberações sobre vacatura e provimento de colegiaturas, com o traslado de inúmeras provisões régias, deferindo pedidos para entrada de colegiais, porcionistas e familiares e a consequente nomeação de comissários para as inquirições de tais opositores. Cite-se, como exemplo do processo de ingresso no Colégio, D. Miguel de Noronha, filho dos condes de Valadares que, em 1759, obtém o consentimento régio para a sua entrada no Colégio, como porcionista, tendo sido trasladada a provisão régia, foram, imediatamente, nomeados comissários para as suas inquirições.

Cite-se, ainda, outro aspeto da formação patrimonial do colégio: o pedido feito a Filipe II, decidido em capela de 26 de maio de 1626, para que se receba a livraria do doutor António Homem (lente da Universidade de Coimbra, preso pela Inquisição a 24 de novembro de 1619 e penitenciado, em Lisboa, em 1626) que já ali estava depositada; ou o requerimento do doutor Fernão Rodrigues Cardoso, físico-mor do Reino, desobrigando-o do legado obrigatório, como colegial que foi de S. Paulo, aceitando, em contrapartida, um vaso de prata dourada com esmaltes e uma salva também de prata (1604). Por último, refira-se a informação sobre as consequências do terramoto de 1755, também em Coimbra, com a necessidade de montar uma barraca no terreiro defronte da porta principal do colégio, para que os colegiais aí passassem as noites, uma vez que o seu edifício não oferecia segurança.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica dos volumes. A documentação avulsa também foi ordenada cronologicamente, colocada a seguir aos livros.

Características físicas:

Encadernações com desgaste, por manuseamento excessivo e deficiente acondicionamento, algumas já desmembradas. Cadernos soltos e folhas rasgadas, repasses de tinta, manchas de manuseamento e humidade, com acidez, pelo uso de tintas ferrogálicas, picos de traça e galerias.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries Processos judiciais, Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores, Documentos de doações, privilégios e confirmações.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Livro das Capelas- vol. 1	1563 - 1604	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-15
Livro das Capelas- vol. 2	1604 - 1648	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-16
Livro das Capelas -vol. 3	1648 - 1734	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-17
Livro das Capelas- vol. 4	1734 - 1789	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-18
Livro das Capelas -vol. 5	1806 - 1826	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-19
Cartas de confirmação	1574 - 1734	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-20
Cartas de confirmação	1735 - 1829	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-21

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/05

Título: Registos de receitas e despesas

Datas de produção: 1565-1834

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 2 liv., 2 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui, maioritariamente, recibos de pagamentos efetuados pelo Colégio e livros de receitas de rendas, também com registo de despesas com salários de oficiais da instituição.

A documentação avulsa contempla, entre outros, os seguintes pagamentos: a décima pela horta de Coselhas (Coimbra) em 1624; o quindénio da união da igreja de S. Mamede de Vale de Remígio (c. Mortágua) em 1586; as ordens de pagamento a Domingos Martins, rendeiro de Almaça, para que este entregue ao cura, Simão Álvares, 10 mil réis pelos dois anos em que serviu na igreja (1586); as despesas com a hospedagem dos condes de Cantanhede, em 1662 (D. António Luís de Menezes) e 1707 (D. Pedro António de Menezes); as certidões de missas, celebradas no colégio pelo Pe. Duarte Raimundo (1725), as celebradas pelo cura da igreja de Vale de Remígio (1759-1777); a cônica paga ao cura da igreja de Almaça (1743-1808).

Engloba o "*Livro das rendas do Collegio e de todas as propinas, e salarios que costuma pagar*" (1787-1813) – com registos de receita de rendas, mas também a despesa com os salários dos seus oficiais: porteiro, comprador, barbeiro, lavadeira, capelão e o médico. Inclui também os foros que paga ao Cabido da Sé de Coimbra e as esmolos que distribui aos «Capuchos

de Sto. Agostinho», aos «Capuchos da Pedreira», ao Convento de S. Francisco da Ponte e aos «Capuchos da Estrela». Quanto ao designado “*Livro Mestre*” (1787-1834) ilustra a receita e despesa do Colégio, quanto a rendas recebidas e salários pagos, bem como despesas com a alimentação (“superintendência da cozinha”) e empréstimos concedidos. Permite conhecer os diversos reitores e vice-reitores, bem como os seus secretários, como, entre outros: António José Cordeiro (vice-reitor em 1787), António José Saraiva do Amaral (reitor em 1799) e Mariano José Sarre de Almeida (secretário em 1799).

Ilustra outros os pagamentos de salários, como seja Gaspar Pinto, médico do “Hospital das Caldas de Lafões” (1613) e do médico do próprio colégio, Tomás Serrão de Brito (1632).

Fornece informação sobre despesas com obras, de que são exemplos: a avaliação que Cosme Dias Vieira faz das obras necessárias ao “*Hospital das Caldas de Lafões*” (1611), ou a relação das despesas com as obras da capela-mor e sacristia da igreja de Vale de Remígio (1738-1739), os róis de operários, com os respetivos nomes e pagamentos, que, de 22 de Setembro a 7 de Novembro de 1664, trabalharam nas obras do Colégio, rol de livros vendidos, por estarem em duplicado, alguns comprados pelo doutor Tomé Rodrigues Sobral (1794), professor de Química na Universidade.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica. Entre a documentação avulsa, manteve-se a unidade existente quanto aos temas “censo do Cabido” e “despesas com obras”.

Características físicas:

Encadernações desgastadas e manchadas. Papel com repasses de tinta e acidez.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Documentos de doações, privilégios e confirmações, Relações de foros e foreiros, Escrituras de aforamento, arrendamento e empraçamento, Autos e tombos de demarcação e reconhecimento, Registo de receitas de foros e rendas.*

Descrição	datas	u.i.	cotas
Registos de receitas e despesas	1565 - 1833	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-22
Registos de receitas e despesas	1608 - 1794	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-1-23
"Livro das rendas do Collegio e de todas as propinas e salários que costuma pagar"	1787 - 1813	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-1-24
"Livro Mestre"	1787 - 1834	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-1-25

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/06

Título: Correspondência

Datas de produção: 1570-1832

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 6 mc.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui cartas expedidas e recebidas, sendo estas maioritárias, endereçadas pelo e ao reitor ou vice-reitor do Colégio. Ilustram o relacionamento de antigos colegiais e porcionistas com a instituição, ao noticiarem as nomeações de que foram alvo, para cargos religiosos e civis, políticos ou de magistratura, dando conta da gratidão para com o colégio, onde fizeram a sua formação ou viveram, quer como estudantes quer já como opositores na Universidade.

Permite conhecer testemunhos de diversas personalidades, podendo destacar-se os seguintes exemplos, quanto a cargos religiosos, na Sé catedral de Lisboa: em 1756, escrevendo já do seu Palácio da Junqueira (Lisboa), o Cardeal Saldanha, D. Francisco de Saldanha da Gama, dando conta de ter sido nomeado cardeal; Manuel José da Câmara, em 1755, noticiando ter sido eleito “principal”; D. José Teles da Silva, em 1798, a noticiar ter sido nomeado cônego; D. Manuel Xavier Teles, em 1747, a dar conta de ter sido nomeado “principal”.

No que toca à vida civil, na magistratura, ilustra, por exemplo, os seguintes casos: Simão Botelho Vogado (1699) noticia ter sido nomeado para a Mesa da Consciência e Ordens; Nuno da Silva Teles (1716) dá conta da eleição para deputado da mesma instituição; Manuel Pereira da Silva (1764) relata ter recebido a mercê de um lugar da Casa da Suplicação; o mesmo, um ano depois (1765) noticia ter passado a desembargador dos Agravos.

Inclui ainda correspondência que contempla a entrada de colegiais e porcionistas, podendo referir-se os seguintes exemplos: Fr. Álvaro de S. Boaventura, bispo-conde de Coimbra, pedindo um lugar para seu sobrinho D. Álvaro de Abranches e Cunha (1677); D. João de Saldanha, pedindo que seu irmão António de Saldanha da Gama, fosse recebido com uma beca de porcionista (1793); D. Rodrigo Xavier Teles de Meneses Castro Silveira, 4.º conde de Unhão, agradecendo seu filho Manuel Xavier Teles ter sido recebido no colégio (1726); D. Afonso de Vasconcelos e Sousa, conde Reposteiro-

-mor, noticiando que seu filho Agostinho Armando de Vasconcelos seria recebido como porcionista (1733), etc. Também os exemplos de escrita no feminino estão presentes: a princesa D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (a rainha-princesa, mulher do regente D. Pedro) recomendando o Dr. Manuel Lopes de Lavre para uma beca, dizendo ser filho de «um criado» seu (1679) ou ainda a marquesa do Lavradio, D. Mariana Teresa Rita de Távora, noticiando que iria enviar para a Universidade de Coimbra o seu filho D. Tomás de Almeida (1777), desejando que fosse recebido no Colégio, como sempre têm «*sido educados os filhos da Casa de Avintes e Lavrários*».

Contempla correspondência que remete inquirições de colegiais e porcionistas, como seja, por exemplo, a que foi enviada do Rio de Janeiro, por Manuel Dias Raposo, expedindo a inquirição de Salvador Correia de Sá (1665); ou a de João de Sousa Carvalho, a remeter, de Alter do Chão, as inquirições do doutor Diogo Cardoso de Almeida (1703). Contempla também cartas de reitores da Universidade, como, entre outros, Rodrigo da Cunha de Saldanha (1664) e D. Gaspar de Moscoso e Silva (1710) a darem notícia da sua nomeação para esse cargo.

Integra correspondência de diversos prelados, nos quais se incluem, D. Álvaro de Abranches (bispo de Leiria), Lopo Soares de Albergaria (bispo de Portalegre e inquisidor de Évora), D. Francisco de Lemos (bispo-conde de Coimbra), D. Manuel de Moura Manuel (bispo de Miranda), D. Martim Afonso de Melo, D. João de Mendonça (bispos da Guarda), ou os cardeais patriarcas D. Tomás de Almeida, D. Nuno da Cunha de Ataíde e D. Francisco de Saldanha da Gama.

Inclui também correspondência relativa à peste de Coimbra e à necessidade de os colegiais saírem da cidade, na qual se insere uma carta do bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, sobre o mesmo assunto (1599); correspondência alusiva às igrejas de S. Joaninho e Vale de Remígio (c. Mortágua) anexadas ao colégio (1597-1809) quanto a autos de posse e compra de paramentos; correspondência relativa a dívidas das famílias Pereira Coutinho e Vasconcelos (1763-1823) e dívidas de Mariano José de Sarre de Almeida (1807-1819).

Sistema de organização:

Ordenação alfabética, pelo nome do remetente da carta, permitindo agrupar todas as cartas de um mesmo emissário. No final, foram colocadas cartas ordenadas por assuntos (peste, dívidas e igrejas do Colégio), de acordo com a organização interna que lhe fora dada no cartório.

Características físicas:

Repastes de tinta, sujidade e rasgões, ofendendo em alguns casos o texto, com prejuízo de leitura.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries Livros das Capelas, Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores, Registos de empréstimos e dívidas, Livros da apresentação a colegiaturas e familiaturas.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Correspondência de Abranches a Brito	1570 - 1825	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-26
Correspondência de Cação a Lourenço	1584 - 1832	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-27
Correspondência de Macedo a Portugal	1588 - 1832	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-28
Correspondência de Raposo a Sousa	1610 - 1831	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-29
Correspondência de Távora a Vogado	1595 - 1827	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-30
Correspondência diversa (assuntos)	1597 - 1812	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-31

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/07

Título: Escrituras de aforamento, arrendamento e empraçamento

Datas de produção: 1576-1832

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 liv., 3 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui traslados de escrituras de aforamento, arrendamento e empraçamento redigidos na mesma data do documento original, pelo respetivo tabelião, contendo informação sobre as propriedades que o Colégio possuía em Almoester (c. Alvaiázere), Campo do Bolão (c. Coimbra), Coselhas (c. Coimbra), Lafões, o *Hospital dos Banhos de Lafões*, hoje Termas de S. Pedro do Sul, S. Joaninho (c. Sta. Comba Dão) e Vale de Remígio e Almaça (c. Mortágua). A documentação relativa a Vale de Remígio e Almaça (c. Mortágua) forma um todo, uma vez que as escrituras de arrendamento se referem aos dois locais, em conjunto. Refiram-se também as escrituras relativas a casas e lojas na cidade de Coimbra, junto ao edifício do Colégio ou em ruas próximas.

Inclui também declarações de arrendamento, para formalizar o compromisso, mais tarde oficializado pela respectiva escritura, de que

são exemplos: o arrendamento dos dízimos da igreja de Vale de Remígio, por Francisco Nunes, com declaração de 24 de abril de 1605 e escritura feita pelo tabelião de Mortágua, Hugo Rodrigues, bem como traslados de instrumentos de fiança, uma vez que o arrendatário tinha de apresentar garantia de cumprimento do contrato, com bens próprios ou com fiador.

Engloba outras tipologias documentais: procurações, como a que o Colégio faz ao padre Alexandre Taborda, cura da capela de Almoester, em 22 de dezembro de 1722, trasladada na escritura de empraçamento, das terras do Casal dos Gregórios, do mesmo local; autos de posse, inseridos após as escrituras; algumas sentenças, como a sentença de medição, demarcação e louvação do conservador da Universidade de Coimbra, de 8 de novembro de 1748, trasladada na escritura de empraçamento que António Pinto Moreira fez do prazo do Campo do Bolão (c. Coimbra), em 29 de setembro de 1749.

Informa sobre a prática do tabelionato, sobretudo em Ansião, Coimbra e Mortágua, dando a conhecer os seguintes tabeliães: Manuel da Presença (1599-1621) e Francisco Freire, em Ansião (1630); Francisco Gomes Pinheiro (1682) e Manuel Macedo Varela, em Coimbra (1716); António Gomes Peixoto (1613) ou Luís da Fonseca (1694), ambos de Mortágua.

Engloba também *“Instruções para elaboração das escrituras”*, entre 1724 e 1783, dadas pelo Colégio ou enviadas a seus administradores e procuradores em Almoester.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica das unidades de instalação; quanto à documentação avulsa seguiu-se a ordenação alfabética, com entrada pelo topónimo onde se localizavam os bens patrimoniais, seguida de ordenação cronológica.

Quanto ao topónimo Lafões, foi mantida a designação dada ao antigo concelho de Lafões que compreendia os atuais concelhos de Vouzela e S. Pedro do Sul, assim designados depois da reforma administrativa de 1834.

Características físicas:

Repastes de tinta e acidez pelo uso das tintas ferrogálicas. Manchas de humidade e manuseamento.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos judiciais*, *Documentos de doações, privilégios e confirmações*, *Autos e tombos de demarcação e reconhecimento*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Escrituras de Almoster (c. Alvaiázere)	1591 - 1827	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-32
Escrituras de Almoster (c. Alvaiázere)	1598 - 1698	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-33
Escrituras do Campo do Bolão, Coselhas (c. Coimbra); Lafões (c. S. Pedro do Sul); e S. Joaninho (c. Sta. Comba Dão)	1576 - 1832	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-34
Escrituras de Vale de Remígio e Almaça (c. Mortágua)	1597 - 1832	mç.	AUC-IV-1. ^a E-7-1-35

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/08

Título: Livros de despesa com pão

Datas de produção: 1586-1739

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 10 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui seis livros de registo do pão consumido diariamente no Colégio (1707-1739) identificado em unidades de pães, designados como “livros dos pães”, bem como quatro livros de registo dos alqueires de trigo entregue à padaria, designados por “livros da padaria” (1703-1725) que esta depois devolveu, cozido em pães e biscoitos (estes apenas pela Quaresma). Inclui ainda documentação avulsa formada por recibos e quitações de pão (1586-1657) dados pela padaria e amassadeira. Os livros, de pequeno formato, eram conhecidos internamente como «*livros dos pães do refeitório*» ou, ainda, «*rol do pão que se gasta*».

Na folha de rosto de cada volume ficou lançado o nome do reitor do Colégio, o nome do superintendente do refeitório e o nome do familiar do refeitório. Os livros da padaria que apresentam estes dados na capa dos próprios volumes, incluem também os registos do trigo dado como pagamento de ordenados, aos serventes do colégio, como seja o comprador, o porteiro, o cozinheiro, o moço da cozinha, bem como aquele que foi dado em esmolas, como, por exemplo, «aos padres da Pedreira» e «aos padres da Estrela», ou seja o Convento e Colégio de Santo António da Pedreira e o Colégio de Santo António da Estrela, ou ainda «aos padres dos Olivais» e «aos padres da Ponte», reportando-se a esmolas ao Convento de Santo António dos Olivais e ao

Convento de S. Francisco da Ponte. Registavam ainda as esmolas a pobres dadas no refeitório: estudantes e clérigos pobres que ficaram no anonimato.

Ilustra a forma como era consumido o pão, ao referir os hábitos gastronómicos, podendo ficar a conhecer-se as “sopas de carangueja”, “sopas douradas”, “fatias de ovos”, “fatias de leite”, “sopas de leite crespo”, fatias de pão para ensopados, fatias de pão para frangos, sopas de peixe, sopas e “mostarda”, etc.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica. No início, foi inserida uma pasta com recibos e quitações de pão (1586-1657) relativos ao trigo entregue à padaria.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Registos de despesa com pão	1586 - 1657	pt.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-1
Livro da padaria	1703 - 1704	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-2
Livro da padaria	1714 - 1715	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-3
Livro da padaria	1716 - 1718	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-4
Livro da padaria	1724 - 1725	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-5
Livro dos pães	1707 - 1708	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-6
Livro dos pães	1708 - 1709	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-7
Livro dos pães	1710 - 1711	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-8
Livro dos pães	1711 - 1712	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-9
Livro dos pães	1719 - 1720	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-10
Livro dos pães	1737 - 1739	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-11

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/09

Título: Livros de despesa da superintendência da cozinha

Datas de produção: 1587-1834

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 69 liv., 1 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Contém livros de registo anual de despesas de alimentação, também identificados, em diferentes períodos cronológicos, como «*livro da cozinha*»,

«*livro do superintendente da cozinha*», «*livro das contas ordinárias da cozinha*» por se reportarem, na generalidade, a despesas com alimentos e seu consumo diário no refeitório ou na cela pessoal dos colegiais e porcionistas. Apresentam termo de abertura, com indicação do ano a que se reportam e nome do reitor, em exercício nesse ano. Entre estes livros, quatro possuem título que os identifica como sendo livros do comprador (1641-42, 1646-47, 1686-87 e 1689-90). Provavelmente, destinavam-se ao comprador, mas têm o mesmo formato e os mesmos dados que os restantes livros do superintendente da cozinha.

Permite conhecer as despesas diárias de alimentação, verificadas, semanalmente, pelo reitor do colégio, vistos os totais de despesa. No final de cada ano eram aprovadas as contas pelo reitor, confirmadas com os valores entregues ao comprador do refeitório. Registavam, diariamente, o número de colegiais, porcionistas e familiares presentes, bem como a vinda de algum forasteiro para as refeições, para justificar o acréscimo das despesas. Mensalmente, eram tomadas as contas ao superintendente da cozinha, pelo reitor do colégio, ficando registada a aprovação de contas. O livro de 1773-1774 tem incluídos registos da despesa extraordinária de 1806-1810.

Testemunha os hábitos alimentares, ao mencionar os alimentos consumidos, quanto a carnes: lombo de porco, galinha, frango, carneiro, vaca e língua de vaca, tordos; quanto a peixe: tainha, pescada, bacalhau, robalo, ruivo, linguado, congro, etc. Revela as frutas e vegetais consumidos: maçãs camoesas, laranjas, melancias, melões, limões e limas, couves, «salada», pepinos, espinafres; os condimentos: «cheiros», «adubos», cravo, gengibre, «adubo de tingir», etc.

Engloba despesas diversas de aquisição de utensílios na cozinha, como um fogareiro, panela, «tigelas de fogo», escudelas, ou também a aquisição de lenha, carvão, esteiras, azeite para candeias e para consumo alimentar, as esmolas dadas a pobres, a estudantes pobres, a caminheiros, a confrarias. Ilustra alguns hábitos gastronómicos ao mencionar, por exemplo: «*dois arrateis de açúcar para gemas e sopa dourada*» (1727), ou ainda a menção de «*repolho para a panela*» ou de «*couve para a panela*» (1727).

Engloba ainda outras despesas, como: obras de conservação, conserto de portas, fechaduras e aquisições diversas, em que se incluem: castiçais, velas, balde para a cisterna, ou mesmo papel, «papel de Veneza» ou também «papel comum» e ainda portes de correspondência «portes de carta para Madrid» (1624).

Sistema de organização:

Ordenação cronológica. No início foi inserido um maço com recibos de quitação do carneiro (1587-1647), bem como documentos relativos ao apascentamento de carneiros e fornecimento de carne.

Características físicas:

Encadernações desmembradas, com rasgões e cadernos soltos. Repasses de tinta e oxidação do papel pelo uso das tintas ferrogálicas.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Despesa da superintendência da cozinha	1587 - 1786	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-2-12
Livro da superintendência da cozinha	1609 - 1610	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-13
Livro da superintendência da cozinha	1611 - 1612	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-14
Livro da superintendência da cozinha	1616 - 1617	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-15
Livro da superintendência da cozinha	1619 - 1620	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-16
Livro da superintendência da cozinha	1624 - 1625	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-17
Livro da superintendência da cozinha	1627 - 1628	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-18
Livro da superintendência da cozinha	1635 - 1636	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-19
Livro da superintendência da cozinha	1636 - 1637	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-20
Livro da superintendência da cozinha	1638 - 1639	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-21
Livro da superintendência da cozinha	1640 - 1641	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-22
Livro da superintendência da cozinha	1641 - 1642	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-23
Livro da superintendência da cozinha	1642 - 1643	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-24
Livro da superintendência da cozinha	1646 - 1647	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-25
Livro da superintendência da cozinha	[1648 - 1649]	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-26
Livro da superintendência da cozinha	1649 - 1650	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-27
Livro da superintendência da cozinha	1654 - 1655	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-28
Livro da superintendência da cozinha	1655 - 1656	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-29
Livro da superintendência da cozinha	1662 - 1663	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-30
Livro da superintendência da cozinha	1686 - 1687	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-31
Livro da superintendência da cozinha	1689 - 1690	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-32
Livro da superintendência da cozinha	1697 - 1698	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-33
Livro da superintendência da cozinha	1698 - 1699	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-34
Livro da superintendência da cozinha	1706 - 1707	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-35
Livro da superintendência da cozinha	1707 - 1708	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-36
Livro da superintendência da cozinha	1709 - 1710	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-37
Livro da superintendência da cozinha	1710 - 1711	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-38
Livro da superintendência da cozinha	1712 - 1713	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-39
Livro da superintendência da cozinha	1714 - 1715	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-40
Livro da superintendência da cozinha	1716 - 1717	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-41
Livro da superintendência da cozinha	1720 - 1721	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-42

Livro da superintendência da cozinha	1721 - 1722	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-43
Livro da superintendência da cozinha	1722 - 1723	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-44
Livro da superintendência da cozinha	1724 - 1725	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-45
Livro da superintendência da cozinha	1726 - 1727	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-46
Livro da superintendência da cozinha	1727 - 1728	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-47
Livro da superintendência da cozinha	1728 - 1729	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-48
Livro da superintendência da cozinha	1733 - 1734	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-49
Livro da superintendência da cozinha	1737 - 1738	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-50
Livro da superintendência da cozinha	1739 - 1740	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-51
Livro da superintendência da cozinha	1740 - 1741	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-52
Livro da superintendência da cozinha	1742 - 1743	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-53
Livro da superintendência da cozinha	1748 - 1749	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-54
Livro da superintendência da cozinha	1749 - 1750	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-55
Livro da superintendência da cozinha	1757 - 1758	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-56
Livro da superintendência da cozinha	1759 - 1760	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-57
Livro da superintendência da cozinha	1763 - 1764	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-58
Livro da superintendência da cozinha	1764 - 1765	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-59
Livro da superintendência da cozinha	1765 - 1766	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-60
Livro da superintendência da cozinha	1765 - 1766	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-61
Livro da superintendência da cozinha	1766 - 1767	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-62
Livro da superintendência da cozinha	1767 - 1768	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-63
Livro da superintendência da cozinha	1770 - 1771	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-64
Livro da superintendência da cozinha	1771 - 1772	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-65
Livro da superintendência da cozinha	1771 - 1772	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-66
Livro da superintendência da cozinha	1772 - 1773	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-67
Livro da superintendência da cozinha	1773 - 1774	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-68
Livro da superintendência da cozinha	1774 - 1775	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-69
Livro da superintendência da cozinha	1776 - 1779	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-70
Livro da superintendência da cozinha	1779 - 1781	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-71
Livro da superintendência da cozinha	1781 - 1783	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-72
Livro da superintendência da cozinha	1783 - 1786	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-73
Livro da superintendência da cozinha	1788 - 1794	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-74
Livro da superintendência da cozinha	1794 - 1800	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-75
Livro da superintendência da cozinha	1800 - 1804	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-76
Livro da superintendência da cozinha	1805 - 1809	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-77

Livro da superintendência da cozinha	1809 - 1815	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-78
Livro da superintendência da cozinha	1815 - 1820	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-79
Livro da superintendência da cozinha	1825 - 1828	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-80
Livro da superintendência da cozinha	1828 - 1834	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-81

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/10

Título: Livros da apresentação a colegiaturas e familiaturas

Datas de produção: 1590-1790

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 2 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Integra livros de candidatura dos opositores às colegiaturas e familiaturas do Colégio de 1590 a 1676, com interregno para os anos de 1635-1641, para o qual não existem registos desta tipologia. Integra também documentação avulsa formada por editais, redigidos em latim, anunciando a vacatura das colegiaturas e familiaturas, assim como as certidões de afixação dos mesmos, em Coimbra (nas portas da Universidade e do Colégio), em Lisboa (na “Sala dos Tudescos” do Palácio da Ajuda e na Sé catedral) e em Évora (na porta da Sé catedral), para os anos de 1680 a 1790.

Segundo os *Estatutos* do Colégio, podiam ser opositores às colegiaturas todos os maiores de vinte anos, possuidores de um grau académico correspondente à colegiatura vaga (geralmente doutores); às familiaturas, poderiam opor-se todos os maiores de vinte anos, preferencialmente com alguma instrução, quanto a conhecimentos da língua latina, que querendo continuar estudos, eram demasiado pobres para suportarem as suas despesas.

Um mês decorrido sobre a vacatura da colegiatura (também chamada beca, designação que lhe advinha do vestuário usado) ou da familiatura, eram divulgados editais, podendo concretizar a candidatura perante o reitor ou vice-reitor do Colégio.

Permite conhecer os opositores às referidas colegiaturas e familiaturas bem como a sua naturalidade, filiação, ascendentes, até à geração dos avós, tempo de permanência em Coimbra e local onde aqui habitava. O secretário do Colégio aceitava as candidaturas e notificava o

candidato para não se ausentar da Universidade, assinando ambos os termos de aceitação.

Fornece um retrato socioeconómico dos fiadores das inquirições feitas aos referidos opositores uma vez que, para confirmar as declarações destes, o Colégio nomeava uma comissão para, junto dos locais de sua naturalidade, e dos da naturalidade de seus pais e avós, inquirir testemunhas, procurando saber sobre a vida e costumes do candidato e, como os gastos de todo este processo corriam por conta deste, era-lhe necessário apresentar junto do Colégio um fiador. Refiram-se a título exemplificativo Baltazar Fialho, opositor a uma colegiatura de Leis, em 21 de abril de 1595, que apresenta como fiador Lourenço Mendo, alfaiate de Coimbra; ou Manuel Rodrigues Leitão, opositor a uma colegiatura de Cânones em 3 de julho de 1660, que dá como fiador Francisco Manuel, livreiro, morador ao arco da Almedina, em Coimbra.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica.

Características físicas:

Encadernação em pergaminho, com fungos. Papel com manchas de humidade e acidez pelo uso de tintas ferrogálicas.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores, Documentos de doações, privilégios e confirmações, Livros das Capelas.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Livro das apresentações	1590 - 1635	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-82
Livro das apresentações	1641 - 1676	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-83
Editais	1680 - 1790	pt.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-84

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/11

Título: Livros de recibos do superintendente e do comprador

Datas de produção: 1592-1725

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 11 liv., 1 pt.; papel.

História custodial e arquivística:

Em data que não foi possível identificar, foram retiradas as capas, formadas por fragmentos de códices litúrgico-musicais, em pergaminho, de diversos livros desta série que contribuíram para a formação de uma *Coleção de fragmentos de códices litúrgicos*, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra.

Âmbito e conteúdo:

Inclui livros de registo do dinheiro dado ao superintendente do refeitório, para despesas de alimentação, de 1681 a 1725, bem como livros de recibos de dinheiro dado ao comprador, pelo superintendente da cozinha ou do refeitório, razão pela qual por vezes são identificados como livros da «*receita do comprador da mão dos senhores superintendentes*», de 1604 a 1725. Por vezes, o cargo de comprador era desempenhado pelo cozinheiro, ao qual era dado o dinheiro para as compras de alimentos. No caso dos livros de recibos do comprador, ilustram as entregas de dinheiro entregue diariamente, com assinatura do comprador, após cada entrega de dinheiro. Quanto aos livros de recibos do superintendente, contemplam as entregas de dinheiro feitas pelo reitor ou pelo vice-reitor do Colégio. No final de cada livro, o reitor confirma e assina a soma total dos recibos de dinheiro entregue. As contas destes recibos de despesa eram aprovadas em reuniões colegiais de capela.

Inclui também documentação avulsa, relacionada com o comprador: instrumentos de fiança, para ter o cargo de compradores, podendo citar-se os que dizem respeito a Francisco Fernandes (1592), a António Coelho (1597), a Luís Fernandes (1597). Contemplam também os recibos de dinheiro em dívida aos compradores (1598, 1656, 1723), compromissos de fiadores dos compradores (1606, 1607 e 1609) e ordens de pagamento do reitor do colégio ao prebendeiro da Universidade, para que dê dinheiro ao comprador do Colégio (1641 e 1644).

Sistema de organização:

Ordenação cronológica dos livros, figurando, em primeiro lugar, os três livros de recibos do superintendente da cozinha e depois os oito livros de recibos do comprador. No início, ficou colocada uma pasta com documentação avulsa relacionada com os compradores.

Características físicas:

Perda de algumas encadernações.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Recibos do superintendente e do comprador	1592 - 1723	pt.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-85
Livro do superintendente	[1681] - 1692	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-86
Livro do superintendente	1692 - 1699	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-87
Livro do superintendente	1721 - 1725	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-88
Livro do comprador	1604 - 1606	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-89
Livro do comprador	1681 - 1685	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-90
Livro do comprador	1686 - 1690	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-91
Livro do comprador	1690 - 1694	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-92
Livro do comprador	1695 - 1697	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-93
Livro do comprador	1698 - 1701	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-94
Livro do comprador	1711 - 1712	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-95
Livro do comprador	1721 - 1725	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-96

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/12

Título: Registos de receita de foros e rendas

Datas de produção: 1592-1834

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 2 liv., 1 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Compreende, maioritariamente, recibos de rendas e foros, alguns dos quais estão associados a mandados de pagamento do reitor da Universidade, para que se entreguem ao colégio as rendas a que este tem direito nas rendas da Universidade, quanto aos cereais dos celeiros do Alvorge e Torres Vedras.

Integra contas da cobrança de rendas e foros, feita pelo procurador do Colégio, no concelho de Lafões, assim como informações sobre o pagamento a alguns oficiais do Hospital ou "*Banhos de Lafões*" (1612).

Engloba, na sua maioria, documentação avulsa, com excepção de dois livros de registo de rendas e foros: "*Memoria das Albergarias, Sesmarias e Prazos que o Real Collegio como administrador da Capella de Almoester possui*

(...)” (1772-1776), contendo relação de foros e foreiros, com indicação remissiva para o livro de reconhecimento de prazos anexados à capela de Almoester. Quanto ao outro livro: “*Rendas do Collegio de S. Paulo*” (1824-1836), reporta-se a rendas, em numerário, que o Colégio recebe da Universidade, assim como as que recebe do arrendamento das várias casas das quais é proprietário, dentro da cidade de Coimbra, rendas de bens anexados às igrejas de Vale de Remígio e Almaça, informação sobre juros de empréstimos e dívidas, etc.

Permite conhecer os locais onde se recebiam rendas, foros e pensões, que contribuíam para a sustentabilidade económica do colégio, a saber: Adémia (c. Coimbra), Almoester (c. Alvaiázere), Alvorge (c. Ansião), Cernache (c. Coimbra), Coselhas (c. Coimbra), Lafões (c. S. Pedro do Sul), Fonte do Bispo (c. Coimbra), Torres Vedras (c. Torres Vedras) e Vale de Remígio e Almaça (c. Mortágua).

Fornece informação sobre quem eram os rendeiros, bem como rendas e foros pagos em géneros (galinhas, marrões, trigo e cevada) em Almoester: Manuel Dias (1612); Pedro Freire (1619); António Gonçalves (1621), Manuel Gonçalves, capelão da capela de Almoester (1654). Quanto a Vale de Remígio e Almaça, conhecem-se: André Rodrigues (1657), Manuel Martins (1695 e 1696).

A documentação avulsa (1592-1791) integra recibos de quitação de dívidas de rendeiros, recibos de pagamentos feitos pelo prebendeiro da Universidade, de cereais dos celeiros de Alvorge e Torres Vedras, bem como mandados de pagamento deste cereal, feitos pelos reitores da Universidade, memoriais de contas, etc.

Ilustra a organização administrativa do Colégio, permitindo conhecer os seus mais diretos intervenientes, como os colegiais com funções de reitores: Luís Pinheiro de Leiva (1612), Cid de Almeida (1613), o vice-reitor Lopo de Almeida (1621), o secretário Lourenço Brandão (1685), etc.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica das unidades de instalação. A documentação avulsa foi ordenada pelos locais a que se reportam as rendas, seguindo uma organização já atribuída pelo próprio Colégio.

Características físicas:

Manchas de humidade, rasgões e repasses de tinta, com prejuízo de leitura, sobretudo quanto a documentação avulsa.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Documentos de doações, privilégios e confirmações, Relações de foros e foreiros, Escrituras de aforamento, arrendamento e empraçamento, Autos e tombos de demarcação e reconhecimento*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Registo de receita de foros e rendas	1592 - 1791	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-2-97
"Memória das Albergarias, Sesmarias e Prazos de Almoester"	1772 - 1776	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-98
"Livro das Rendas do Colégio"	1824 - 1834	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-99

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/13

Título: Escrituras de compra e venda

Datas de produção: 1595-1829

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Contém cópias de escrituras de compra e venda de bens em Alcanede (c. Santarém), Campo do Bolão (c. Coimbra), cidade de Coimbra e Coselhas (c. Coimbra). Trata-se de traslados feitos na mesma data em que o original foi lavrado, a partir do próprio livro original de cada tabelião interveniente. Em alguns casos, contém ainda, trasladadas, ou anexadas, outras tipologias documentais. Refira-se, a título de exemplo: procuração de D. Afonso Lucena e sua mulher, Isabel de Almeida, dada ao doutor António Lourenço para que os representasse na venda de umas casas ao Colégio (12 de dezembro de 1614); a escritura de aforamento, entre outras, trasladada na escritura de venda do prazo de Coselhas, em que foram as partes António Fernandes Garrido e Manuel Gomes Ribeiro, e respectivas mulheres (6 de dezembro de 1710); ainda o auto de posse e a procuração que o Colégio deu a António de Sousa Carvalho para que este tomasse posse das casas que o primeiro comprou a Inácio da Costa e irmãos na rua das Parreiras (4 de julho de 1750).

Testemunha as propriedades pertencentes ao Colégio "*intramuros da cidade de Coimbra*", como a rua das Parreiras, a rua Larga, a rua do Cosme; ou extramuros de que é exemplo o Campo do Bolão, ou a Arregaça.

Permite conhecer os tabeliães conimbricenses, pois a documentação diz respeito, maioritariamente, a aquisição de casas e lojas nas imediações do seu edifício. Citem-se: Tomé Borges (1614), João Afonso Pereira da Cruz (1749), Rodrigo de Andrade Pereira (1750) e Manuel Francisco dos Santos (1750-1768).

Sistema de organização:

Ordenação alfabética, com entrada por topónimo, seguida de ordenação cronológica.

Características físicas:

Oxidação do papel pelo uso de tintas ferrogálicas.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos judiciais*, *Registos de receita de foros e rendas*, *Escrituras de aforamento*, *arrendamento e empraçamento*

Descrição	datas	u.i.	cotas
Escrituras de Alcanede (c. Santarém); Campo do Bolão (c. Coimbra); Coimbra (cidade); Coselhas (c. Coimbra)	1595 - 1829	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-2-100

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/14

Título: Relações de foros e foreiros

Datas de produção: 1599-1825

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Contém relações, róis ou lembranças, dos foros e foreiros que o Colégio tinha em Almoester, bem como instruções para a cobrança desses mesmos foros, de que são exemplo as que o Vice-Reitor, Guilherme Henriques de Carvalho, dá ao procurador daquela instituição em Almoester, Manuel Dias,

sobre as diligências a fazer, e a tomar, na cobrança dos foros (1824). Outras instruções destinavam-se a suporte probatório, na elaboração de autos e tombos de demarcação e reconhecimento ou na resolução de questões judiciais, como a que envolveu o Colégio e o duque de Aveiro, nos finais do século XVI, sobre a posse da capela do Salvador de Almoester, ou a contestação dos foreiros e rendeiros, de bens da referida capela, ao pagamento das rendas nos inícios do século XIX. Algumas relações e róis cumpriam a função de índices, dos tombos de demarcação e reconhecimento. Refira-se o *“Index das sesmarias albergarias e prazos copiado do ultimo tomo de 1767”* junto com *“Instruções para a cobrança de foros (...)”*, dadas em Coimbra, a 1 de julho de 1820, com remissivas para o *“tomo novo”* ou seja o de 1767 e para o *“tomo velho”*, como era identificado o de 1713.

Contém também informação sobre foreiros, foros, seus quantitativos em géneros (galinhas, frangos, leitões, trigo, milho, azeite, etc.) e dinheiro; ilustra os locais que, dentro do *“termo de Almoester”*, estavam sob domínio direto do Colégio: o Casal dos Gregórios, o Casal de Santo António, Casal da Rainha, Santiago, Murtal, Macieira, Gaita, Pulga, Condal, Venda do Negro, Ariques e Vale da Couda, entre outros.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica.

Características físicas:

Manchas de humidade e pequenos rasgos.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos judiciais*, *Escrituras de aforamento*, *arrendamento e emprazamento*, *Autos e tombos de demarcação e reconhecimento*, *Correspondência*, *Livros das Capelas*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Relação de foros de Almoester (c. Alvaizere)	1599 - 1825	mç.	AUC-IV-1.ªE-7-2-101

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/15

Título: Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores

Datas de produção: 1599-1827

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 mç.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui, maioritariamente, traslados de instrumentos de fiança, entregues para garantia de pagamento das “porções” dos porcionistas. Inclui, também, outras tipologias documentais, das quais se destacam as inquirições “*de genere*” e “*de vita et moribus*”, ou seja inquirições de pureza de sangue, e de vida e costumes, dos opositores a colegiaturas e familiaturas.

De acordo com os *Estatutos* do Colégio, depois do opositor “ler a sua lição”, era necessário confirmar as informações por ele prestadas, em relação à sua vida e costumes, para o que era nomeada uma comissão, para averiguar a veracidade das informações, procedendo à inquirição de testemunhas. Assim, as inquirições possibilitam traçar o retrato socioeconómico e familiar dos candidatos a colegiais, pelo menos até à geração avoenga. Encerram também informação sobre a comissão nomeada para as inquirições, dando a conhecer o juiz comissário e o secretário das mesmas.

Inclui também o *Catalogo dos collegiaez que tem havido no Collegio Real de S. Paulo desde o tempo da sua fundação*, provavelmente de 1728; assim como um outro manuscrito, com data provável de 1728-1788, que parece ser a continuação das *Memorias dos porcionistas do Collegio Real de S. Paulo*; ainda uma lista de porcionistas “ilustres”, com data provável de 1754; bem como apontamentos biográficos, do século XIX, sobre Francisco da Fonseca Correia Torres e Tomé Rodrigues Sobral.

Permite conhecer os reitores e vice-reitores que ao longo do tempo tutelaram o Colégio, presentes no momento da redação dos instrumentos de fiança. Refiram-se, por exemplo: Francisco de Almeida Caiado, reitor em 1708, quando foi feita a fiança de José Pedro da Câmara (21 de agosto); José Pinto de Mesquita, vice-reitor em 1745, quando foi elaborada fiança de D. Francisco de Almeida, em 27 de outubro; Inácio da Costa Brandão, reitor quando D. Luís da Silveira Lorena foi aceite como porcionista do Colégio e deu a sua fiança, em 6 de novembro de 1818.

Sistema de organização:

Ordenação alfabética, com entrada pelo último apelido do opositor. No decurso do tratamento arquivístico, tornou-se evidente a importância

da comutação de becas para o Colégio de São Paulo, como tal, optou-se por uma organização por assunto, sendo o mesmo denominado por *comutação de Becas*; os documentos assim classificados encontram-se depois de todos os outros documentos da série, bem como as memórias biográficas sobre colegiais e porcionistas.

Características físicas:

Repastes de tinta e acidez pelo uso de tintas ferrogálicas.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos judiciais*, *Correspondência*, *Livros das Capelas*, *Registo de provimento das colegiaturas*, *Documentos de doações, privilégios e confirmações*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Processos de colegiais...	1599 - 1827	mç.	AUC-IV-1.ºE-7-2-102

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/16

Título: Registo dos legados

Datas de produção: 1607-1831

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Contém *Livro dos legados* em que se dá conta dos legados que os colegiais e porcionistas tinham por obrigação deixar ao Colégio, em vida ou em morte, tal como estava disposto nos *Estatutos*. Apresenta folhas numeradas e rubricadas pelo reitor D. António Mascarenhas (1607), com termo de abertura e de encerramento. Com organização bipartida: da fl. 1 até à 42v, informações sobre os colegiais, da fl. 275 à 297, entradas dos porcionistas; informa sobre os colegiais e porcionistas que, desde a sua fundação, passaram pelo Colégio, permitindo, não só conhecer o seu nome, como também o seu percurso de vida, tanto a nível profissional como pessoal. Refere-se a naturalidade, filiação, ascendentes, data e local de falecimento, etc. Podem cita-se,

entre outros: Aires da Silva, colegial, primeiro reitor do Colégio, bispo de Porto e reformador da Universidade de Coimbra que morreu em Alcácer Quibir; Bento da Fonseca, natural de Barcelos, lente de *Instituta* na Universidade de Coimbra, desembargador no Porto, nomeado embaixador em França e em Roma; D. Fernando de Ataíde, porcionista, que seguiu a vida militar; António de Saldanha, natural de Lisboa, filho de Luís de Saldanha, cónego da Sé de Lisboa, e missionário que rumou à Índia e ao Japão; ou Rui de Moura Teles, porcionista, filho do 3.º conde de Vale dos Reis, D. Lourenço de Mendonça, natural de Lisboa, estudou Cânones na Universidade de Coimbra, foi tesoureiro-mor da Sé de Évora; e ainda, D. Pedro de Almeida Portugal, porcionista, filho do 2.º marquês de Alorna e 4.º conde de Assumar, D. João de Almeida, etc.

Permite inferir sobre as receitas e património do colégio, uma vez que os legados, embora, maioritariamente, em numerário, podiam também ser feitos em património móvel, como é o caso do legado do colegial Mestre Rui Brandão, um vaso dourado para o lavatório; ou o do colegial Jorge de Amaral, um retábulo dos Reis; ou do porcionista D. António Mascarenhas que mandou fazer o retábulo da capela-mor do Colégio e D. André de Almada que deixou a sua livraria.

Contém ainda documentação avulsa (1618-1776) relativa a recibos de legados, traslado de testamento, lista de legados, etc.

Características físicas:

Manchas de humidade e manuseamento, repasses tinta e oxidação pelas tintas ferrogálicas.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores, Livros das Capelas*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Livro dos legados	1607 - 1831	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-103
Recibos e listas de legados	1618 - 1776	pt.	AUC-IV-1.ªE-7-2-104

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/17

Título: Inventários

Datas de produção: 1611-1834

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Contém documentação avulsa formada por inventários do mobiliário do Hospital de Lafões (1611) que era administrado pelo Colégio, mobiliário, livros e paramentos da igreja de Almaça (1631-1716) e mobiliário da capela do Colégio (1819).

Contém também livro de registo do inventário da cozinha, refeitório e capela, sendo reitor Francisco Monteiro Pereira e superintendente André Teixeira Palha (1777), referindo também toda a roupa e mobília necessária para receber os hóspedes do Colégio, incluindo enxergões, cobertores de damasco, colchas de linho, etc., acrescentado, em 1796, por Mariano José Sarre e Almeida. O *Livro das pessoas e das dívidas que se devem ao Colégio*, de 1642 (inserido na série *Registo de empréstimos e dívidas*) contém inventários, não datados, da capela, mobiliário do cartório e refeitório, mas que podem ser atribuídos a esse mesmo ano.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Inventário	1611 - 1834	pt.	AUC-IV-1.ªE-7-2-105
Inventário da cozinha, refeitório e capela	1778 - 1807	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-106

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/18

Título: Registos de empréstimos e dívidas

Datas de produção: 1642-1827

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui um livro de registo de dívidas (1642), provenientes de empréstimos feitos pela Instituição, com descrição da tipologia, origem da dívida, em nome

de quem foi feita e quem a devia pagar, no caso de herdeiros do primeiro devedor. Este livro apresenta também registos, não datados, de inventários da capela, mobiliário do cartório e refeitório, provavelmente do mesmo ano de 1642 e registo de lutas, até 1686.

Inclui também documentação avulsa (1721-1827) formada por registos de confissão de dívidas, escrituras de obrigação, para pagamento de dinheiro a juros, escrituras de empréstimo de dinheiro a juros.

Características físicas:

Manchas de manuseamento, humidade e fungos. Repasses de tinta e oxidação pelo uso de tintas ferrogálicas.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica.

Descrição	datas	u.i.	cotas
"Livro das pessoas e das dívidas que se devem ao Colégio"	1642	Liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-107
Registos de empréstimos e dívidas	1721 - 1827	Pt.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-108

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/19

Título: Livros de receitas

Datas de produção: 1682-1774

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 12 liv.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui livros de registo de todas as entradas em numerário e géneros que permitiam a sustentação económica do Colégio, ilustrando as diversas proveniências das receitas: as terças pagas pela Universidade de Coimbra, as porções dos seus recolhidos, os pagamentos das inquirições dos opositores.

Fornece dados sobre as propriedades de onde provinham as rendas e os foros: da capela de Almoester (c. Alvaizere), das igrejas de S. Joaninho (c. Sta. Comba Dão) e Vale de Remígio e Almaça (c. Mortágua), assim como

os prazos, do termo de Coimbra, na Adémia, Cernache, Coselhas e Fonte do Bispo, as casas na cidade e os cereais que recebia do celeiro de Alvorge (c. Ansião).

Permite conhecer os diversos reitores do Colégio, uma vez que estes aprovavam as contas, podendo citar-se: Miguel Fernandes de Andrade (1682-1683), João Rodrigues Pinto (1693- 1694), Francisco Soares de Macedo (1731-1732) e Manuel José Álvares de Carvalho (1770-1771), entre outros; assim como os porcionistas que nele se recolheram, por exemplo, Álvaro Abranches (1682), Rodrigo Melo (1708), Luís Henriques (1715), Nuno José da Cunha Ataíde (1754) ou José Xavier Teles (1765).

Informa ainda sobre os rendeiros dos vários locais, onde se situavam as propriedades, assim como os arrendatários das casas na cidade, os enfiteutas dos prazos ou sobre a receita que advinha dos juros, sobre empréstimos e dívidas. Entre estes últimos podem ilustrar-se os seguintes casos: Manuel Rodrigues Cardoso, rendeiro de Vale de Remígio e Almaça devendo 38970 réis do ano de 1764, ainda por pagar em 1766; o sargento-mor João da Costa Cabral de Vasconcelos, devendo os juros, a cinco por cento, dos 3 mil cruzados que o Colégio lhe emprestara; ou Luís Gonçalves da Câmara, devedor de 10 mil e 70 mil réis, da renda das casas onde vivia, correspondente aos anos de 1769-71.

Sistema de organização:

Ordenação cronológica.

Características físicas:

Folhas rasgadas e soltas, papel manchado, perda de encadernação de alguns volumes e encadernações em pergaminho, com fungos.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries Relações de foros e foreiros, Escrituras de aforamento, arrendamento e emprazamento, Autos e tombos de demarcação e reconhecimento, Registos de receitas e despesas.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Receitas diversas	1682 - 1683	liv.	AUC-IV-1.ºE-7-2-109
Receitas diversas	1693 - 1694	liv.	AUC-IV-1.ºE-7-2-110
Receitas diversas	[1707 - 1708]?	liv.	AUC-IV-1.ºE-7-2-111

Receitas diversas	1708 - 1709	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-112
Receitas diversas	1715 - 1716	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-113
Receitas diversas	1731 - 1732	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-114
Receitas diversas	1754 - 1755	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-115
Receitas diversas	1765 - 1766	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-116
Receitas diversas	1770 - 1771	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-117
Receitas diversas	1771 - 1772	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-118
Receitas diversas	1772 - 1773	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-119
Receitas diversas	1773 - 1774	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-120

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/20

Título: Livros de despesas

Datas de produção: 1701-1819

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 16 liv.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui *Livros de despesa* “ordinária, extraordinária e salários”, mas também os encargos com missas, censos de casas arrendadas, pagamento de salário a funcionários aposentados, encargos com os capelães da Universidade que celebravam missa no Colégio, etc. Todos os livros apresentam folha de rosto com título, data e nome do reitor em exercício. A despesa ordinária ficou registada de forma genérica, permitindo conhecer melhor a despesa “extraordinária”, como, por exemplo, os gastos com a alimentação: 3780 réis por três arrobas de bacalhau (1701-2), os 2755 réis por cinco arráteis de toucinho (1708-9), os 4260 réis pelas duas caixas de doces mandadas a Bernardo Pereira (1713-14), ou os 220 réis por meio arrátel de pimenta e ainda os 200 réis por um arrátel de chocolate, pimenta, cravo, açúcar para biscoitos (1764-5), etc.

Quanto a salários, ilustra o pagamento aos dois médicos, em serviço no Colégio: oito mil réis que recebem, individualmente, Manuel dos Reis de Sousa e Luís Freire de Magalhães (1731-2). Permite conhecer todos os outros

médicos ao longo de diversos anos: José de Amorim e Manuel da Cruz (1710-11); José das Neves e António Amado de Brito (1759-70).

Ilustra os gastos com obras e pequenos consertos no edifício: 1200 réis pagos ao pedreiro (1710-11), 160 réis ao carpinteiro (1713-14), 1610 réis por duas grades de ferro das varandas (1769-70), etc. Quanto a despesas extraordinárias, referem: gastos com vestuário - 8 mil réis por cada beca dos colegiais, como a do doutor Manuel de Matos, 5 mil réis por cada loba dos familiares, como a de Manuel Ribeiro, ou 1.600 réis pela loba do porteiro (1708-9); gastos com medicamentos, cera para a capela, papel para o secretário ou mesmo a aquisição de livros para a biblioteca, como a que ocorreu no ano de 1769-70, por 90 mil réis, acrescidos de 48 mil réis pelo pagamento do «índice da livraria», feito em duplicado, ficando um no Colégio e outro enviado para a Real Mesa Censória. A despesa extraordinária de 1806-1810 ficou registada no volume de 1773-1774 da série *Livros de despesa da superintendência da cozinha*.

Informa sobre os oficiais do Colégio e os salários que auferiam – o bicho (criado de baixa condição), o barbeiro e sangrador, o cozinheiro, o moço da cozinha, o comprador, a aguadeira, a padeira, a lavadeira e o porteiro.

Permite identificar os reitores: Manuel Cabral de Figueiredo (1701- 1702), Francisco de Almeida Caiado (1708-9), Bernardo Pereira da Silva (1710-1711), Manuel de Matos (1713-1714), João de Moura e Gouveia (1722- 1723) e Constantino António Álvares do Vale (1764- 1765), José Álvares de Carvalho (1769-70).

Sistema de organização:

Ordenação cronológica.

Características físicas:

Encadernação em pergaminho, com alguns rasgões, manchas de humidade e fungos violáceos. Papel com acidez, manchas e repasses de tinta.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Livros de despesa da superintendência da cozinha*, *Livros de recibos do superintendente e do comprador*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Despesas diversas	1701 - 1702	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-121
Despesas diversas	1708 - 1709	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-122
Despesas diversas	1710 - 1711	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-123

Despesas diversas	1713 - 1714	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-124
Despesas diversas	1720 - 1721	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-125
Despesas diversas	1722 - 1723	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-126
Despesas diversas	1731 - 1732	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-127
Despesas diversas	1748 - 1749	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-128
Despesas diversas	1759 - 1760	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-129
Despesas diversas	1764 - 1765	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-130
Despesas diversas	1766 - 1767	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-131
Despesas diversas	1768 - 1769	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-132
Despesas diversas	1769 - 1770	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-133
Despesas diversas	1770 - 1771	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-134
Despesas diversas	1771 - 1772	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-135
Despesas diversas	1816 - 1819	liv.	AUC-IV-1.ªE-7-2-136

Código de referência: PT/AUC/UC/RCSP/21

Título: Livro de provimento das colegiaturas

Datas de produção: 1713-1806

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo:

Inclui um livro onde foram lançadas as deliberações, tomadas em capela, referentes ao provimento das colegiaturas, após a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, de 1774. Apesar de o termo de abertura ser de 1777, os provimentos das colegiaturas só foram registados a partir de 1780. Apresenta resolução de 11 de julho de 1780, com as novas regras para os exames de opositores às colegiaturas, tendo em conta os *Novos Estatutos da Universidade* e as cartas régias de 17 de janeiro de 1780.

Testemunha o provimento das colegiaturas por aqueles para elas convidados, como é o caso dos doutores António José Cordeiro e Fernando Saraiva Trigo que, em 15 de julho de 1780, aceitaram as colegiaturas de Cânones que estavam vagas, "*tomando beca*" a 30 julho de 1780; de igual modo os doutores José Carlos Barbosa, Manuel Barreto Perdigão e Francisco

Coelho de Sousa foram convidados para três colegiaturas da Faculdade de Leis, em 10 de abril de 1781 e para uma colegiatura extraordinária, da mesma faculdade, o doutor João António Binet Píncio. Regista também os que não aceitaram, como o doutor Inácio Roberto que não aceitou o convite para colegiatura de Teologia, a 1 de Junho de 1781, por já haver sido convidado pelo Colégio de S. Pedro.

Retrata os problemas de sobrevivência e sustentabilidade económica: na deliberação de 5 de maio de 1791, decidiu-se fazer uma representação a D. Maria I, pedindo-lhe que aumentasse as rendas do colégio; ou a resolução de comprar umas casas, nos Palácios Confusos, em Coimbra, tomada a 14 de julho de 1793.

Ilustra ainda aspetos relativos à administração e vida quotidiana do Colégio como, por exemplo, a 17 de março de 1794, quando João da Costa de Vasconcelos, morador em Soure, pediu a renegociação do pagamento da sua dívida; ou quando foi necessário tomar providências sobre o comportamento do colegiais e ex-colegiais como, a 23 de dezembro de 1805, com o doutor Manuel Pais de Aragão Trigoso com quem o colégio resolveu cortar relações devido ao seu comportamento indecoroso e injurioso.

Inclui também documentação avulsa (1713-1776) que se reporta a petições, decisões, provimentos e resoluções sobre as colegiaturas.

Unidades de descrição relacionadas:

As séries *Processos de colegiais, porcionistas, familiares e opositores, Documentos de doações, privilégios e confirmações, Livros das Capelas, Correspondência*.

Descrição	datas	u.i.	cotas
Petições, provimentos e resoluções	1713 - 1776	pt.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-137
Livro de provimento das colegiaturas	1777 - 1806	liv.	AUC-IV-1. ^a E-7-2-138